

2014 EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 6 - N. 01
Março de 2014
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

Conjuntura política e manifestações

Cláudio Penteado
Adriano Oliveira
Vitor Peixoto

Opinião

Gláucio Soares

Resenha

Nerea Ramirez

Periódico Eletrônico do Grupo de
Pesquisa "Opinião Pública, Marketing
Político e Comportamento Eleitoral"



Universidade Federal de Minas Gerais

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-3823

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Bruno Dallari – UFPR

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA

Dalmir Francisco – UFMG

Denise Paiva Ferreira – UFG

Gustavo Venturi Júnior – USP

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Heloisa Dias Bezerra – UFG

Julian Borba - UFSC

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço – UFBA

Malco Braga Camargos– PUC-MINAS

Marcus Figueiredo – IESP/UERJ

Mathieu Turgeon – UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Pedro Santos Mundim – UFG

Silvana Krause – UFRGS

Yan de Souza Carreirão – UFPR

Jornalista Responsável

Érica Anita Baptista

Equipe Técnica:

Paulo Victor Melo

Pedro Fraiha

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas
e Econômicas – IPESPE

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política –

DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil –CEP:31.270-901

+ (55) 31 3409 3823

Email: marketing-politico@uol.com.br

Facebook: Grupo Opinião Pública

Twitter: @OpPublica

As opiniões expressas nos artigos são de
inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano VI, Número I, Março 2014

SUMÁRIO

Editorial	5-6
Dossiê: Conjuntura política e manifestações	
<ul style="list-style-type: none"> • Os protestos contra a Copa do Mundo de 2014 no Brasil: análise do II Grande Ato Contra a Copa no Facebook 	7-23
Cláudio Penteadó	
<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conjuntura: conceitos e aplicações 	24-35
Adriano Oliveira	
<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento de campanhas nas eleições legislativas brasileiras em 2010 	36-54
Vitor Peixoto	
Opinião	
<ul style="list-style-type: none"> • O papel das elites nas transições democráticas 	55-60
Gláucio Soares	
Resenha	
<ul style="list-style-type: none"> • As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo 	61-68
Nerea Ramirez	

Colaboradores desta edição**69**

EDITORIAL

Conjuntura política e manifestações

Em meio à expectativa pelo início da Copa do Mundo de 2014 e por uma possível retomada das manifestações contra o evento esportivo, em que são abordados graves problemas da política brasileira, esta edição do periódico *Em Debate* dá continuidade a essa discussão, além de trazer contribuições a respeito do financiamento de campanha e conceitos sobre análise de conjuntura.

Cláudio Penteadó, professor da Universidade Federal do ABC, no artigo intitulado “Os protestos contra a Copa do Mundo de 2014 no Brasil: análise do II Grande Ato Contra a Copa no Facebook”, apresenta uma primeira leitura das mobilizações, por meio do estudo do Segundo Grande Ato Contra a Copa dentro da rede social do Facebook, identificando o perfil dos usuários participantes, seu posicionamento político e como esses estão utilizando as redes sociais online em suas ações políticas.

Adriano Oliveira, professor da Universidade Federal de Pernambuco, no artigo intitulado “Análise de conjuntura e o seu exercício”, conceitua a Análise de Conjuntura enquanto o estudo do comportamento dos atores num dado espaço temporal. O autor também traz exercícios hipotéticos e métodos para a construção de cenários políticos, além de apresentar indicadores que permitem a Análise de Conjuntura e mostrando que ela é instrumento da Ciência Política.

Vitor Peixoto, professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), no artigo “Financiamento de campanhas nas Eleições legislativas brasileiras em 2010”, traz uma análise sistemática acerca do impacto dos gastos de campanhas sobre os votos nas eleições proporcionais de 2010. Tendo como unidade de análise as candidaturas individuais aos cargos de Deputado Federal e Estadual (distrital), analisam-se

os efeitos das variáveis que influenciam os desempenhos eleitorais dos candidatos, tais como gênero, idade, ocupação, partido, estado civil, escolaridade e, principalmente, os montantes de recursos de campanhas declarados ao Tribunal Superior Eleitoral.

Na seção *Opinião*, Gláucio Soares, pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no artigo “O papel das elites nas transições democráticas”, discorre a respeito das transições para as democracias a partir das elites e explica que são omitidas das análises a pouca importância que todos os setores civis tiveram nas decisões tomadas por militares. O autor analisa, ainda, que a ausência de consenso no que concerne à definição de "elites" e as reduzidas pesquisas empíricas sobre o tema, diminuem o potencial explicativo das teorias da democratização que são baseadas, em grande medida, nas elites.

Na seção *Resenha*, Nerea Ramirez, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta a obra “As ruas e a democracia. Ensaio sobre o Brasil contemporâneo”, de autoria de Marcos Aurélio Nogueira, professor titular de Teoria Política na Universidade Estadual Paulista (UNESP). O livro apresenta aspectos importantes e reflexões acerca das Jornadas de Junho, ocorridas no Brasil em 2013.

OS PROTESTOS CONTRA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL: ANÁLISE DO II GRANDE ATO CONTRA A COPA NO FACEBOOK

Cláudio Penteado

Universidade Federal do ABC (UFABC)

✉ claudio.penteado@ufabc.edu.br

Resumo: Em junho de 2013, o Brasil testemunhou a emergência de amplas manifestações que foram organizadas principalmente nas Redes Sociais de Internet (RSI). A popularidade dessas redes sociais permite percebê-las como uma esfera pública interconecta, na qual diferentes atores sociais têm a possibilidade de expressarem seus posicionamentos políticos. Os protestos mobilizaram milhões de pessoas que juntos bradaram contra diversos problemas sociais e políticos do Brasil. Uma dessas demandas, que tomou as ruas e as RSI, foram os protestos contra os gastos de recursos públicos em obras para a Copa do Mundo de Futebol no país em 2014. Esse movimento ainda está ativo e continua organizando mais eventos. Este artigo apresenta uma primeira leitura dessas mobilizações, por meio do estudo do Segundo Grande Ato Contra a Copa dentro da rede social do Facebook, identificando o perfil dos usuários participantes, seu posicionamento político e como esses estão utilizando as RSI em suas ações políticas.

Palavras-chave: Facebook; manifestações Contra a Copa; redes sociais de internet.

Abstract: In June 2013, Brazil has witnessed the emergence of large protests which were organized mainly in Internet Social Networks (ISN). The popularity of these social networks allows its perception as an interconnected public sphere, in which different social actors have the possibility to express their political positions. The protests mobilized millions of people who asserted together against many social and political problems in Brazil. One of these demands, which took to the streets and ISN were protests against spending public funds in structure projects for FIFA World Cup in Brazil in 2014. This movement is still active and continues to organize more events. This paper presents a first reading of these mobilizations, by studying the Second Great Act Against the Cup within Facebook's social network, identifying the profile of the participating users, their political position and how they are using the ISN in their political actions.

Keywords: Facebook; Protests against the World Cup; internet social networks.

Introdução

A emergência de protestos que se organizam e se articulam pela rede mundial de computadores, principalmente dentro das redes sociais de internet (RSI), tem despertado a atenção da sociedade e dos pesquisadores para o potencial político das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

No começo dessa década começam a surgir inúmeras manifestações que tem conseguem mobilizar milhares de pessoas em suas causas, rompendo a visão pessimista do slacktivism (BREUER, FAROOQ, 2012) ou o ativismo de sofá (SEBASTIÃO, 2012). Da Primavera Árabe, passando pelo 15M Espanhol, o Occupy Wall Street até as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, testemunhamos o crescimento de protestos políticos e sociais que se articulam pela Web, promovendo novas formas de ação política sem uma liderança política tradicional, com uma organização horizontal e descentralizada funcionando em rede.

Em junho de 2013, o Brasil assistiu, atônito, a emergência de uma série de manifestações organizadas principalmente em RSI, que envolveu um amplo leque de reivindicações. Os protestos que começaram com uma mobilização contra o aumento de vinte centavos (R\$ 0,20) na passagem de ônibus em São Paulo, que foi fortemente reprimida pela Polícia Militar (PM/SP), conseguiram ganhar visibilidade e simpatizantes e se alastrou para todo o país, movimentando milhares de pessoas para protestarem contra os diversos problemas sociais e políticos.

Uma das demandas da população foi direcionada contra os gastos públicos com a organização da Copa do Mundo de Futebol em 2014. A construção de modernos e confortáveis estádios de futebol, seguindo o chamado “padrão Fifa”, levou a insatisfação de milhares de pessoas que enfrentam problemas com a má qualidade da saúde pública, da educação e do transporte coletivo. Com gritos de “Não vai ter Copa”, manifestantes entraram em confronto com a política durante a

realização da Copa das Confederações, torneio teste da Fifa para a Copa do Mundo.

As manifestações tinham como epicentro as RSI, que nos meses de junho e julho de 2013 viveu uma intensa efervescência política. Além da convocação para os protestos, as redes sociais também funcionaram como uma esfera pública interconecta, na qual os diversos grupos de manifestantes apresentavam suas demandas e reclamações, principalmente direcionadas contra a classe política e o sistema político.

Apesar da diminuição da intensidade da mobilização nas ruas, o debate político permanece aquecido dentro das mídias sociais no ano de 2014. No caso dos protestos contra a Copa do Mundo de Futebol, os grupos contrários continuam articulando manifestações e prometem “tomar as ruas” durante a realização do evento. Já em janeiro de 2014, dia 25, 13 capitais brasileiras tiveram protestos contra a realização da Copaⁱ. Em fevereiro houve um novo ato marcado, o qual será objeto de estudo dessa pesquisa, com confrontos entre manifestantes e policiais, quebra-quebra e a prisão de centenas de manifestantes, entre eles cinco jornalistas que estavam cobrindo o protesto.

Este texto mostra os resultados preliminares do estudo dessas mobilizações, buscando compreender o fenômeno e a configuração de uma nova forma de ativismo político que se articula em rede, com a formatação de um novo tipo de liderança política que se articula de forma rizomática. A pesquisa identificou os usuários mais ativos, seu perfil político (posicionamento político), suas demandas e como eles estão utilizando as RSI, mais especificamente o Facebook, em sua ação política.

Esfera pública interconectada e Redes Sociais de Internet

Em uma sociedade em rede globalizada, a comunicação é um fator essencial nas relações de poder, no qual o discurso político, junto com a violência, são

recursos de poder social pelos quais os atores políticos exercem sua dominação (CASTELLS, 2009). Os meios de comunicação se tornaram um espaço social no qual o poder é decidido: “*Power in the network society is communication power*” (CASTELLS, 2009: 53).

Com o advento da internet, por sua estrutura em rede e seu caráter interativo e colaborativo, abre-se um espaço para que grupos conectados na Web possam expressar suas posições e produzirem seus próprios conteúdos, rompendo com o monopólio das grandes corporações midiáticas que controlam o fluxo de informação dentro dos meios de comunicação de massa.

A internet insere uma dinâmica comunicacional inovadora, abrindo um novo campo para a disputa política – o ciberespaço –, no qual os grupos políticos, organizados em rede, procuram produzir seus significados e suas interpretações através dos diversos dispositivos de comunicação.

No Brasil, diversos coletivos, movimentos sociais e grupos de interesse têm utilizado os recursos das TICs em suas práticas de mobilização e articulação política. Esse novo ativismo, ciberativismo, se apropria dos recursos interativos e colaborativos do espaço para inaugurar formas inovadoras de atuação dentro do jogo político, atuando na forma de redes, com a formação de coalizões de agrupamentos que compartilham certos valores (MACHADO, 2007).

O ciberespaço por sua cartografia se configura como um campo aberto de embates, nos quais os atores sociais buscam afirmar suas posições, expressarem suas identidades e lutarem por seus interesses. No universo digital, principalmente nas redes sociais, a liderança é expressa não mais somente por seu carisma (cf. Weber, 1991) ou sua capacidade de organização (cf. MICHELS, 1966), mas da capacidade de programação (modificação e desenvolvimento de novas ferramentas comunicacionais digitais) e conexão (entre redes) dos atores e coletivos que atuam dentro da sociedade em rede global (CASTELLS, 2009).

O caráter fluído da internet cria uma desestabilização do sistema de comunicação política, expandindo e ampliando a esfera pública (DAHLGREN, 2005). Termo consagrado na literatura por Habermas, o conceito de esfera pública encontra-se hoje em discussão. Idealizado como um espaço de expressão racional de argumentos voltados para a produção de consensos, a esfera pública ganha novas leituras críticas como a de Dahlgren (2005), que a compreende como constelação de espaços comunicativos na sociedade que permite a circulação de informações, ideias, debates e a formação da opinião pública. O autor enxerga que não existe uma única esfera pública, mas que ela possui múltiplas dimensões, que permite a conexão entre cidadãos e a esfera política, operando e expressando diversas posições e debates.

Para Dahlgren (2005), com a internet a interação cívica se torna online, expandido seu alcance e sua fluidez. As categorias de representação e interação se sobrepõem, provocando uma nova dinâmica nas relações políticas, tornando o campo político mais poroso às demandas e influências dos grupos que atuam no ciberespaço. Essa expansão é acompanhada por um aumento da heterogeneidade cultural, hibridização de gêneros e mediadores políticos o que pode levar a uma fragmentação das ações coletivas, cinismo político e desengajamento do cidadão comum.

Por outro lado, a internet atuando como esfera pública também pode funcionar como um espaço extra institucional no qual os coletivos podem ter uma participação mais ativa na vida política. Neste ambiente de ambiguidades, a esfera pública online expressa contradições da sociedade contemporânea, pois se de um lado oferece mecanismos e espaços para uma maior participação política, por outro pode levar ao desencantamento da política e à erosão da ação coletiva.

Contudo, é inegável que dentro dos fóruns da Web, em especial as RSI, as discussões políticas ganham corpo e visibilidade. Alinhamentos políticos tradicionais entre direita e esquerda, convivem com posicionamentos antiéticos e

antidemocráticos, sendo muito comum encontrar diversas manifestações políticas que expressam contradições. Dentro de redes sociais, por ser um ambiente de sociabilidade típico da Sociedade da Informação, os embates políticos são construídos com um elevado grau de subjetividade, no qual são reveladas opções políticas e identidades coletivas e pessoais, que ecoam dentro do ambiente de interação e compartilhamento das RSI.

Silveira (2008) aponta que a intensificação da digitalização estimulada pela revolução informacional levou a um vigoroso processo de convergência tecnológico que está reformulando o sistema de produção e distribuição de bens informacionais. A convergência das informações para o formato digital permite uma circulação mais rápida dos diferentes conteúdos informacionais. O espaço fluído da internet possibilita maior interatividade de conteúdos, que podem ser compartilhados e produzidos no ambiente online.

As redes digitais permitem que os usuários tenham um papel mais ativo na esfera pública, podendo eles mesmos produzir conteúdos ou então circular informações que eles acham interessantes ou relevantes, rompendo com a passividade do modelo comunicacional da mídia de massa. Como argumenta Silveira (2008, p.32):

A dinâmica interna da esfera pública interconectada envolve diferentes modos de ação, distribuídos, não-coordenados, fortemente baseados em reputações. Ela amplia o potencial dos cidadãos de articular a resistência ao poder a partir do espaço público.

Isso não quer dizer que dentro da esfera pública interconectada não existam relações de poder e a reprodução do poder econômico, entretanto por suas características técnicas (arquitetura em rede), sociais (interatividade pela Web) e culturais (compartilhamento de conteúdos e uso de processos colaborativos), a internet possibilita que sejam desenvolvidos novos movimentos políticos (nem sempre democráticos) que podem questionar e tencionar as relações de poder vigente.

Tendo as redes sociais como espaços populares dentro do atual cenário do ciberespaço, os conteúdos discutidos e publicados em seus fóruns servem como extratos da expressão dessa esfera pública interconectada. Dentro dessas áreas circulam informações produzidas pelos próprios usuários, conteúdos de outras mídias e até mesmo notícias geradas pelos meios de comunicação tradicionais em um processo intenso de convergência que são compartilhados, comentados e “curtidos” entre os membros da rede.

As RSI se caracterizam por serem espaços de sociabilidade, no qual seus usuários podem interagir a partir do seu perfil e das ferramentas disponíveis. Essas interações são capazes de estabelecer novas formas de socialização e de grupos sociais que se constituem por meio de laços sociais e capital social (RECUERO, 2012). Os laços sociais variam de acordo com a intensidade das interações entre os usuários, podendo ser fortes quando há uma maior relação ou fraco quando existe apenas uma tênue ligação entre os membros da rede social. O capital social dentro de uma rede social pode ser compreendido como recursos que auxiliam na constituição de grupos sociais e na sedimentação de laços sociais.

As redes sociais se configuram como uma esfera pública conectada, na qual são tecidas relações de poder expressos nos conteúdos publicados e nas interações produzidas, podendo promover o debate político e mobilização política (FEEZELL et al., 2009). Nesse sentido, o estudo dos protestos contra os gastos públicos com a organização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014 dentro das redes sociais fornece subsídios para a compreensão do ativismo político contemporâneo que encontra nesses ambientes espaços para sua articulação e o surgimento de um tipo diferenciado de liderança política.

#Não vai ter Copa – Segundo grande ato em 2014 Contra a Copa

OS PROTESTOS CONTRA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL: ANÁLISE DO
II GRANDE ATO CONTRA A COPA NO FACEBOOK

A rede social Facebook é a mais popular em todo mundo e no Brasil, atingindo 1,2 bilhão de usuários em todo mundoⁱⁱ. O Brasil é o segundo país com mais usuários em acessos diários ao Facebook, com 47 milhõesⁱⁱⁱ. A popularidade da rede entre os usuários brasileiros a transformou em um fórum privilegiado de debate, de troca de informações e de mobilização. Os eventos marcados nessas páginas conseguem atrair milhares de usuários como revelam o caso da chamada Primavera Árabe (KHONDKER, 2011) e, mais especificamente no caso brasileiro, nas jornadas de junho de 2013, onde os protestos agendados nesse espaço conseguiam mobilizar os manifestantes (PARRA, 2013).

Para esse estudo, que se encontra em progresso, foram analisadas as postagens realizadas na página do evento: Segundo grande ato em 2014 Contra Copa^{iv}, organizado pela Comunidade Contra a Copa 2014 no Facebook^v. A existência de dezenas de comunidades e eventos contra a Copa de 2014 obrigou a realização de um recorte de pesquisa, que optou pela análise de um evento com grande visibilidade e organizado por uma das comunidades mais ativas dentro dessa RSI. Apesar de limitar o alcance do estudo, a avaliação desse evento permite identificar as principais características desse protesto e o uso das redes sociais de internet como um espaço de ação política da Sociedade da Informação.

Como o próprio nome diz, esse evento foi a segunda grande manifestação organizada para protestar contra a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014. O primeiro Ato aconteceu no dia 25 de janeiro de 2014 em diversas cidades brasileiras. Esse primeiro protesto de rua de 2014 contra a Copa terminou em violência, com confronto com policiais e depredação de patrimônio público e privado nas principais capitais brasileiras. O Segundo grande ato foi marcado para o dia 22 de fevereiro de 2014, com início às 17 horas na Praça da República em São Paulo/SP. Os dados coletados na página do evento, no dia 24 fevereiro de 2014, indicam que haviam 14.197 pessoas confirmadas, 6.414 usuários sinalizando que talvez compareceriam e um total de 286.916 convidados.

O protesto reuniu cerca de 1.500 manifestantes, um número bem inferior ao confirmados na página. Ao final da manifestação houve confronto entre os participantes e polícias militares, tendo como saldo a prisão de 260 pessoas, oito feridos e a depredação de duas agências bancárias, segundo informações do Portal Terra (22/02/14)^{vi}.

Pesquisa evento: Segundo grande ato em 2014 Contra a Copa

Para a realização da pesquisa foram analisadas 100 postagens na página do evento publicadas no dia 21 de fevereiro de 2014, um dia antes da manifestação. A escolha por esse dia recai por ser um dia de intensa participação dos usuários e permitir a avaliação dos temas e posicionamentos dos simpatizantes na véspera do evento. O dia do evento também tem muita atividade, contudo as publicações nesse dia são caracterizadas mais pelos desdobramentos da própria manifestação do que um debate sobre as reivindicações e posicionamentos de seus participantes e simpatizantes.

As postagens analisadas foram classificadas em seis dimensões de análise: gênero, identidade do usuário, perfil político, discurso, uso da RSI e recursos empregados. A primeira, *gênero*, foi dividida em três categorias: masculino, feminino e indeterminado (quando não é possível identificar o sexo do usuário, como por exemplo, o caso de coletivos e comunidades). A segunda dimensão de análise é a *identificação do usuário* que foram classificadas em três tipos: coletivos (referência a grupos e comunidades online), usuários comuns e outros. A classificação do *perfil político* foi operacionalizada em sete categorias: anticapitalista, anti PT (pessoas que se expressavam claramente contra o partido, Lula e Dilma), conservador (apresentação de uma argumentação alinhada ao pensamento conservador), radical (expressão de valores e argumentos radicais alinhados à direita ou esquerda), indefinido (quando não é possível identificar o perfil do usuário), antipolíticos

OS PROTESTOS CONTRA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL: ANÁLISE DO II GRANDE ATO CONTRA A COPA NO FACEBOOK

(argumentos de ataque aos políticos em geral) e outros. O *discurso* dos usuários foi classificado em 12 tipos: anticorrupção, contra os gastos públicos com a Copa, contra os políticos (posicionamento crítico e ofensivo contra os políticos), problemas estruturais do país (referência a problemas na saúde, educação, transporte, habitação, etc.), moralista (apresentação de um discurso que se estrutura em argumentos de defesa de uma moralidade social e pública), informativo (quando o usuário apenas apresenta uma informação em sua postagem), contra a repressão da polícia militar as manifestações, contra a mídia (discurso criticando o controle manipulação pelas grandes empresas de mídia comercial de massa), irônico (uso da retórica irônica para criticar a realização da Copa), dispersivo (referência a outros acontecimentos não relacionados com a Copa), anticapitalista (defesa do fim do capitalismo) e outros. O *uso da rede social* foi classificado em seis categorias: informação, mobilização, debate, engajamento, protesto e outros. E por fim, a pesquisa identificou os *recursos* empregados pelos usuários, divididos em 12 categorias: foto, vídeo, texto, reportagem, imagem, gráfico, outro, foto com texto, foto com reportagem, vídeo com texto, texto com reportagem e texto com imagem. Os resultados são apresentados abaixo:

Tabela 1 - Gênero

Usuários	n
Homens	68
Mulheres	24
Indefinido	8
Total	100

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 1 ilustra que a grande maioria das pessoas que postaram no dia da pesquisa é formada por homens com 68%. Esse dado demonstra que esse ambiente, apesar de contar com a presença atuante de mulheres, é dominado por homens apontando para uma brecha digital em relação à participação feminina.

Tabela 2 – Identificação dos usuários

OS PROTESTOS CONTRA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL: ANÁLISE DO II GRANDE ATO CONTRA A COPA NO FACEBOOK

Idt usuário	n
Coletivos online	5
Usuário comum	92
Outros	3
Total	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação à identidade dos usuários avaliados, a tabela 2 mostra que existe uma predominância de postagens de usuários comuns (92%), o que sinaliza que nesse espaço não há um controle do fluxo informacional pelas lideranças, mas há uma livre participação das pessoas na produção de conteúdos, circulação de informações, expressão de opiniões e outras formas de interação. Na amostra estudada somente foram identificadas cinco ocorrências de postagens do coletivo que estava organizando o evento,

Tabela 3 – Perfil político

Perfil político	n
Anti Capitalista	1
Anti PT	5
Conservador	4
Radical	31
Indefinido	50
Anti políticos	7
Outro	2
Total	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Na identificação do perfil político dos participantes, a pesquisa encontrou dificuldade na classificação desses, pois o conteúdo postado em diversos casos não permitia uma identificação de seu posicionamento político, mesmo com a adoção de categorias amplas. Metade (50%) foi classificada como perfil indefinido. Outro destaque fica por conta das ocorrências do perfil radical com 31%. Uma leitura mais qualitativa dos dados permite supor que o perfil identificado na amostra realizada é formado por pessoas que não tem um posicionamento político claro, sinalizando de certa forma que as antigas classificações em esquerda e direita não

OS PROTESTOS CONTRA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL: ANÁLISE DO
II GRANDE ATO CONTRA A COPA NO FACEBOOK

conseguem dar conta dessa nova realidade política que se articula fora das instituições políticas tradicionais.

Tabela 4 - Discurso

Discurso	n
Anti corrupção	2
Contra gastos	1
Contra políticos	16
Problemas estruturais	7
Moralista	6
Informativo	8
Contra repressão PM	17
Contra mídia	1
Irônico	6
Dispersivo	2
Anti capitalismo	2
Outro	32
Total	100

Fonte: Elaborado pelo autor

No estudo do discurso das publicações em estudo, a tabela 4 revela que existe uma ampla fragmentação de temas e discursos entre os participantes do fórum. Muitas das publicações somente assinalavam a confirmação na presença no evento (um total de 23 ocorrências), comum nesse tipo de ambiente. Esse tipo de postagem foi classificada como outro discurso (maior ocorrência com 32%). É interessante destacar que antes do protesto já havia uma grande preocupação com a repressão da polícia e um posicionamento contra a esfera política em geral, principalmente os governantes, com 17% e 16 % de ocorrências respectivamente. Também chamou a atenção a baixa ocorrência de conteúdos contra os gastos públicos para a construção de estádios para a Copa, principal bandeira para a justificativa social do movimento, tendo somente uma ocorrência.

Tabela 5 - Recursos

Recursos	n
Foto	1
Vídeo	2
Texto	54

OS PROTESTOS CONTRA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL: ANÁLISE DO II GRANDE ATO CONTRA A COPA NO FACEBOOK

Reportagem	10
Imagem	10
Gráfico	1
Outro	1
Foto + texto	8
Foto + reportagem	1
Vídeo + texto	2
Texto + reportagem	2
Texto + Imagem	8
Total	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Nas postagens analisadas, observou-se a maior ocorrência de uso de textos com 54% de incidência, apesar do dispositivo permitir o uso de diversos recursos. Também pode-se destacar a variedade de recursos identificados na amostra, com compartilhamento de reportagens e imagens.

Tabela 6 – Uso da rede social

Uso da RSI	n
Informação	42
Mobilização	12
Debate	3
Engajamento	1
Protesto	40
Outro	2
Total	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, em relação ao uso do Facebook, a tabela 6 sinaliza a maior incidência de informações com 42% e a realização de protestos (40%). Ao contrário do esperado, o uso para a mobilização foi baixo, contando com somente 12% de ocorrências. Esses dados demonstram que a página de evento em estudo funcionou, dentro da amostra, como um espaço para a produção e circulação de informações e para que os usuários expressassem seus posicionamentos, a maioria em forma de protesto, contra os mais variados problemas.

Os dados encontrados, feitos a partir de um recorte focado na página do Facebook de divulgação do Segundo grande ato em 2014 Contra a Copa,

organizado por uma das comunidades mais ativas e populares contrária ao evento da FIFA, ilustram uma maior participação masculina, com pouca publicação de grupos, organizações ou coletivos, mas com uma intensa atuação de usuários comuns. Existe uma dificuldade na classificação do perfil político dos participantes, o que talvez revele uma limitação do método (que precisa ser reavaliado), mas também pode indicar que os usuários não possuem um alinhamento político dentro das categorias tradicionais da política, não se identificando nem com posicionamentos de direita e da esquerda, produzindo inovadoras formas de posicionamento político ou então, adotando uma perspectiva mais crítica, sinalize a carência de um referencial político que oriente a ação de seus participantes.

A pesquisa também identificou que existe uma grande variedade de discursos presentes nas postagens, evidenciando a fragmentação e falta de unidade do movimento Contra a Copa 2014, que agrega em torno desse protesto diversas bandeiras e demandas políticas, revelando uma grande insatisfação popular quanto ao funcionamento do sistema político, as práticas de corrupção, a falta de infraestrutura de serviços básicos no país, crítica ao Partido dos Trabalhadores e a presidente Dilma e até a expressão de valores moralistas. É importante destacar que entre os participantes, mesmo antes do evento acontecer, já existia uma preocupação em relação à repressão da PM contra a manifestação, revelando um histórico de conflitos violentos e a dificuldade das instituições de segurança pública em lidar com protestos.

A maioria dos participantes produziu *posts* utilizando somente textos, sem se preocupar em utilizar outros recursos que devido às características de convergência do meio podem ampliar o processo de comunicação. Ainda, pode-se destacar que a página do evento em estudo foi utilizada para a divulgação de informações e apresentação de protestos, havendo poucas ocorrências de publicações voltadas para o estímulo do debate e engajamento cidadão, o que revela uma limitação do emprego desse espaço como uma esfera pública no sentido habermasiano.

As informações coletadas possibilitam verificar que apesar de existir alguns coletivos que estão à frente da organização das mobilizações Contra a Copa 2014, o debate político em torno da temática não é controlado por esta, possibilitando uma aleatoriedade e fragmentação das reivindicações. O debate acontece de forma livre o que permite a entrada de discussão de outros temas e preocupações, por outro lado percebe-se a falta de construção de projetos e alternativas políticas que podem ser verificadas em outros movimentos que se articulam e se organizam pela internet, como o caso espanhol estudado por Haro Barba e Sampedro Blanco (2011).

Uma análise geral permite identificar que a página do evento “Segundo grande ato em 2014 contra a Copa” funciona como um local para a divulgação do evento e também como um ambiente no qual os simpatizantes, que não necessariamente vão participar efetivamente da manifestação, possam expressar suas posições e principalmente protestar contra a política brasileira em geral.

Considerações iniciais: caminhos para a investigação científica

Este artigo teve a finalidade de realizar um estudo preliminar sobre as manifestações contra a Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil que são organizadas pela internet, mais especificamente pelo Facebook, rede social de internet mais popular no país. A intensidade dos debates dentro da Web sobre o tema e principalmente os protestos e embates acontecidos em 2013 durante a realização da Copa das Confederações, evento teste para a Copa do Mundo, tem chamado a atenção da imprensa, dos políticos e dos acadêmicos sobre os efeitos que esse movimento pode produzir na campanha presidencial brasileira de 2014 e sobre a política em geral.

Nesse estudo inicial podemos identificar que existe uma grande atividade política dentro da Web, principalmente dentro das RSI, que se configuram como

um ambiente no qual alguns grupos se organizam para articular estratégias de mobilização contra a Copa 2014, assim como disponibiliza ferramentas para a ação política informacional. Contudo, dado o caráter dinâmico e fluído das redes sociais o estudo desses locais virtuais e de seus dispositivos de comunicação indica que sua utilização é mais voltada para a criação de um espaço para a expressão de ideias e protestos contra os mais variados problemas do Brasil e do capitalismo, muitas vezes expressos de forma radical, não democrática e algumas vezes desrespeitosa.

Esse estudo inicial permite dizer que as redes sociais de internet podem ser consideradas como esferas públicas ampliadas, não no sentido defendido por Habermas, mas sim como um espaço para a manifestação do posicionamento político, nem sempre estruturado em argumentos racionais, com respeito aos participantes, no qual os usuários comuns expressam sua insatisfação com o funcionamento do sistema sociopolítico da sociedade. Contudo, o estudo indica que a falta de uma maior coesão entre os participantes e a não existência de lideranças efetivas para mediar as disputas e embates, levam a dispersão e radicalização (não no sentido político) das posições, fenômeno esse que merece ser melhor investigado.

Nesse sentido, a pesquisa pretende ampliar o campo de estudo e introduzir novos atores e espaços de investigação como Comunidades do Facebook Contra a Copa 2014, publicações no Twitter e análise das publicações sobre as *hashtags* “#nãoovaitercopa” e “#semdireitosnaovaitercopa”, e acompanhar todo o processo de articulação, mobilização e repercussão do movimento até o final da Copa do Mundo de 2014.

Referências

- BREUER, Anita; FAROOQ, Bilal. Online political participation: Slacktivism or efficiency increased activism? Evidence from the Brazilian Ficha Limpa campaign. In *Social Science research Network*, 2012.
- CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. Oxford University Press, 2009.

OS PROTESTOS CONTRA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL: ANÁLISE DO II GRANDE ATO CONTRA A COPA NO FACEBOOK

- DAHLGREN, Peter. The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation, *Political Communication*, v.22, n.2, 2005.
- FEEZELL, J.; CONROY, M.; GUERRERO, M. Facebook is... Fostering Political Engagement: A Study of Online Social Networking Groups and Offline Participation. *APSA Toronto Meeting Paper*, 2009.
- HARO BARBA, Carmen; SAMPEDRO BLANCO, Víctor. Activismo político en Red: del Movimiento por la Vivienda Digna al 15M. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, v. 8, n. 2, p. 157-175, 2011.
- KHONDKER, Habibul Haque. Role of the new media in the Arab Spring. *Globalizations*, p. 675-679, 2011.
- MACHADO, Jorge A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul/dez 2007.
- MICHELS, Robert. A lei de ferro da oligarquia. In: SOUZA, Amaury de (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- PARRA, H. Z. Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência. *Revista Pensata*, v.3, n.1, p. 141-163, 2013.
- RECUERO, Raquel. O Capital social em Rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. *Contemporânea: comunicação e cultura*, v. 10, n. 3, p. 574-596, 2012.
- SEBASTIÃO, Sônia Pedro. O ativismo like: as redes sociais e a mobilização de causas. *Sociedade e Cultura*, v. 15, n. 1, 2012.
- SILVEIRA, Sérgio A. In: PRETTO, N. L., SILVEIRA, S. A. (orgs). *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 232 p.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, v.1. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

-
- i Informações disponíveis em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1403035-cinco-capitais-tem-manifestacoes-contr-a-copa-neste-sabado.shtml>. Acesso em 20/02/2014.
- ii Informações disponíveis em: <http://codigofonte.uol.com.br/noticias/maior-rede-social-do-mundo-facebook-atinge-12-bilhao-de-usuarios>. Acesso em 20/02/2014.
- iii Informações disponíveis em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/09/brasil-e-o-2-pais-com-mais-usuarios-que-entram-diariamente-no-facebook.html>. Acesso em 20/02/2014.
- iv Disponível em: <https://www.facebook.com/events/686914701332043/>. Acesso em 24/02/2014.
- v Disponível em: <https://www.facebook.com/contracopa>. Acesso em 25/02/2014. A comunidade Contra a Copa 2012, responsável pela página do evento, tem em sua página mais de 11 mil “curtidas” e quase 4.500 pessoas falando sobre isso (dados obtidos no dia 25/02/14).
- vi Informações disponíveis em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/sp-ato-contr-a-copa-tem-prisao-de-jornalistas-fotografo-do-terra-e-ferido,b1e7acbd27b54410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em 25/02/14.

ANÁLISE DE CONJUNTURA: CONCEITOS E APLICAÇÕES

Adriano Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

✉ adrianopolitica@uol.com.br

Resumo: *O que é Análise de Conjuntura? Este artigo tem o objetivo principal de responder a essa indagação. No decorrer do artigo mostram-se exercícios hipotéticos de Análise de Conjuntura e apresentam-se métodos para a construção de cenários. O artigo conclui que a Análise de Conjuntura é uma atividade do cientista político em virtude de que ela busca, num dado instante no tempo, compreender e prognosticar o comportamento dos atores em variadas arenas, dentre elas, as arenas institucional e eleitoral.*

Palavras-chave: *Neoinstitucionalismo; análise de conjuntura; cenários*

Abstract: *What is Analysis Survey? This article mainly aims to answer this question. During the exercise article are shown hypothetical situation analysis and present methods for building scenarios. The article concludes that the Analysis Survey is an activity of a political scientist because she seeks, at a given moment in time, understand and predict the behavior of actors in different arenas, among them, the institutional and electoral arenas.*

Keywords: *Newinstitutionalism, Analysis Survey, Scenarios*

Introdução

A Análise de Conjuntura não faz parte da ampla agenda de temas da Ciência Política brasileira.¹ A exceção é Cruz (2000), que busca conceituá-la por meio de revisão de variadas obras clássicas. Desse modo, contribui para mostrar a sua importância como instrumento da Ciência Política.

A Análise de Conjuntura não relega a teoria e as técnicas de metodologias apropriadas, e no seu exercício não existe a dicotomia entre teoria e empiria.² A teoria e a metodologia contribuem para o desenvolvimento

¹ Martins e Lessa (2010) apresentam o estado da arte da Ciência Política brasileira. Nesse estado a Análise de Conjuntura não se apresenta. King, Schlozman e Norman (2009) mostram, por meio de variados autores, as perspectivas da Ciência Política em variados países. Nenhum dos autores presentes na obra aborda a temática Análise de Conjuntura.

² Segundo Gusmão (2012), existe a ciência conteudística, a qual busca fatos dados empíricos para sua análise. Com isso, é possível interpretar de modo satisfatório a realidade. Da interpretação, surgem teorias. Portanto, o empirismo possibilita a origem de teorias. Baseado em seu pensamento, afirmamos que a Análise de Conjuntura é conteudística.

do exercício da Análise de Conjuntura. Portanto, ela não é simplesmente o relato de um evento, mas representa a interpretação de eventos e do conjunto deles num instante e em dada trajetória.³

As Ciências Sociais, em particular, a Ciência Política, têm o objetivo de interpretar eventos sociais, os quais surgem da ação dos atores.⁴ Tal afirmação estrutura-se na sociologia da ação, porque, para esta, os eventos sociais surgem das ações dos indivíduos, as quais têm sentidos (BOUDON, 1995).⁵

Desse modo, a Análise de Conjuntura é um instrumento metodológico da Ciência Política, que serve para interpretar os eventos, os quais surgem da ação dos atores em específicos contextos.⁶ Os contextos não são estanques, são dinâmicos em virtude dos eventos que surgem, findam ou se reproduzem. É, portanto, uma análise intemporal, apesar de ter como objetivo principal a interpretação das realidades sociais em dados instantes. Porém, a Análise de Conjuntura, ao decifrar e interpretar uma dada realidade, já tem pressa/necessidade de prognosticar e interpretar outras realidades que surgirão.

A premissa teórica básica da Atividade da Análise de Conjuntura é baseada no neoinstitucionalismo, qual seja: os indivíduos estão numa trajetória, em que nesta adquirem visões de mundo⁷, formam preferências,

³ Essa afirmação baseia-se na seguinte premissa básica do institucionalismo histórico: os indivíduos estão numa trajetória, em que nela interagem com outros indivíduos e instituições, formam preferências e fazem escolhas (PETERS, 2003)

⁴ “A noção de compreensão indica, portanto, que é possível, através da verificação de fatos, descobrir o porquê do comportamento do ator. Este porquê pode assumir, naturalmente, formas muito diversas: a de uma paixão, por exemplo, ou de uma emoção (fulano fez isso por amor, por cólera, etc.), e é evidente que os comportamentos desse tipo desempenham um papel importante na explicação histórica.” (BOUDON, 1995, p. 41).

⁵ “O primeiro princípio fundamental da sociologia da ação consiste em levar a sério o fato de que todo fenômeno social, qualquer que seja, é sempre o resultado de ações, de atitudes, de convicções, e em geral de comportamentos individuais. O segundo princípio, que completa o primeiro, afirma que o sociólogo que pretende explicar um fenômeno social deve procurar o sentido dos comportamentos individuais quem estão em sua origem.” (BOUDON, 1995, p. 28).

⁶ As Ciências Sociais, inclusa a Ciência Política, têm o objetivo de identificar leis explicativas para os eventos sociais (ELSTER, 2006; GIDDENS; TUNNER; 1999; VAN EVERA, 1997). Esses eventos surgem em virtude das instituições e das ações dos indivíduos. Portanto, para a Ciência Política, instituições e indivíduos criam eventos sociais.

⁷ Visões de mundo são os valores, crenças, emoções e sentimentos dos indivíduos (AOKI, 2007; HALL; TAYLOR, 2003; LE BRETON, 2009)

fazem escolhas e tomam decisões. Sua atividade ocorre num espaço temporal (instantes) da trajetória e ela permite o ato de vislumbrar o comportamento dos atores em outros instantes temporais (PETERS, 2003; HALL, TAYLOR, 2003; AOKI, 2007).

Este artigo tem o objetivo inicial de conceituar a Análise de Conjuntura e mostrar, através de exemplos, como ela ocorre diante da realidade social. Na segunda parte do artigo, evidencia-se a formulação de construção de cenários, uma vez que estes fazem parte de sua atividade – prognósticos. Conclui-se apresentando os indicadores que permitem a Análise de Conjuntura e mostrando que ela é instrumento da Ciência Política.

É um problema de investigação teórica e empírica identificar as demandas epistemológicas das Ciências Sociais (MARTINS, 2010). Sendo assim, este artigo tem o objetivo de mostrar que a Análise de Conjuntura faz parte do arcabouço de demandas epistemológicas das Ciências Sociais, em particular, da Ciência Política.

O conceito da Análise de Conjuntura e seu exercício

O ator A diante da circunstância X fará qual escolha? O ator B, presente na arena legislativa, cooperará ou romperá com o presidente da República? Os incentivos presentes na arena institucional possibilitarão que ação do presidente da República? Os atores A e B cooperarão com vista às decisões futuras? O ator B inibiu a ação de A em virtude de que este se aliará a D no futuro na competição eleitoral? Os eleitores tendem a fazer determinada escolha em virtude das circunstâncias/condições Y? Esses são exemplos de indagações presentes no exercício da Análise de Conjuntura.

As respostas às perguntas apresentadas corresponde ao exercício científico de identificar, interpretar e prognosticar o comportamento dos

atores nas arenas institucional e eleitoral num dado espaço temporal e em espaços temporais futuros.

No exercício da Análise de Conjuntura, as circunstâncias/condições devem ser consideradas. Elas representam a ação de uma instituição, em que esta sugere incentivos e normas que podem limitar ou proporcionar a escolha do ator num dado instante. A circunstância também representa um ambiente social amorfo institucionalmente, isto é, instituições não estão presentes ou não interferem na escolha do ator. Nesse caso, o ambiente social, onde estão presentes normas sociais, orientam a escolha do ator. Independentemente da presença ou não da instituição, a visão de mundo, que possibilitou a formação da sua preferência, norteia as escolhas dos atores.

No exercício da Análise de Conjuntura, podem-se encontrar os seguintes exemplos:

1. O Parlamento representa a arena institucional. Nesta arena, os atores estão na iminência de votar Projeto de Lei do presidente da República. Incentivos, dos mais variados, são ofertados pelo presidente da República aos atores, inclusive ao ator B. Então, qual será a resposta dos atores? O ator B, em razão de alguma insatisfação, mesmo fazendo parte da coalizão partidária do presidente da República, tem duas opções de escolha: i) aprovar o Projeto de Lei; ii) não aprovar o Projeto de Lei. A suposta pressão da opinião pública (circunstância) o incentiva a preferir a alternativa 2, mas os incentivos ofertados pelo presidente da República os proporcionam fortemente, após a avaliação de custos, a optar pela alternativa 1. É possível prognosticar que as visões de mundo do ator B correspondam à tradição de votar de acordo com o presidente em virtude dos incentivos ofertados. Diante disso, o ator B considera ação estratégica aceitar os incentivos ofertados pelo Poder Executivo.

2. Diante dos interesses advindos da futura eleição presidencial, os atores A e B estão na iminência de construir uma aliança política –

cooperarem. Porém, a reputação do ator A inibe tal aliança. Por outro lado, a aliança entre eles possibilitará oportunidades eleitorais no futuro, por exemplo, o aumento do tempo de televisão na propaganda eleitoral e a possibilidade de sucesso eleitoral para ambos. Além disso, a aliança entre A e B inibem a cooperação de A com D. Então, ambos os atores, A e B, podem vir a cooperar, e essa é a estratégia dominante do ator B.

3. Numa disputa eleitoral, os eleitores têm a opção de escolher entre três candidatos: o candidato Joaquim, o candidato Fagundes e o candidato Elísio. Pesquisas qualitativas e quantitativas revelam que as circunstâncias são mais favoráveis ao candidato Joaquim, pois os eleitores mostram apreço pela sua história de vida e imagem, e porque Fagundes, candidato à reeleição, tem administração aprovada por 30% dos eleitores. Contudo, pesquisas também indicam que os eleitores desconfiam de Joaquim em virtude de ele não ter experiência administrativa. Embora Fagundes não tenha um governo aprovado majoritariamente pelos eleitores, ele tem experiência administrativa. Nesse caso, os eleitores poderão escolher entre:

- candidato Joaquim: história de vida, boa imagem e inexperiência administrativa;
- candidato Fagundes: experiência administrativa, gestão não aprovada majoritariamente.

Os exemplos mostrados, mesmo carecendo de uma caracterização da conjuntura, são hipotéticos e servem apenas para evidenciar simploriamente o exercício da Análise de Conjuntura. Se a conjuntura é a análise do comportamento dos atores num dado espaço temporal, as ações, as preferências e as possíveis consequências das escolhas dos atores devem ser narradas. Na narração, suposições causais são apresentadas. Portanto, na Análise de Conjuntura, o intervalo temporal requer caracterização.

Eventos fortuitos, não previsíveis, podem atuar na conjuntura; e se isso ocorrer, as ações dos atores, antes decifradas ou momentaneamente

caracterizadas, poderão ser modificadas. Os eventos não previsíveis são cisnes negros, os quais representam uma ação institucional ou um evento social não previsível que venha a interferir na formação da preferência dos atores e nas suas escolhas (TALEB, 2009; MLODINOW, 2011).

A Análise de Conjuntura e a Construção de Cenários

A construção de cenários não significa o ato de adivinhar os acontecimentos, mas sim o ato de mostrar as possibilidades do que pode vir a ocorrer em outros instantes (MARCIAL, GRUMBACH, 2008). A construção de cenários caminha com o ato de prognosticar. Desse modo, cenários representam as possibilidades da ocorrência de determinados eventos no futuro com base em variadas informações advindas do passado e do presente (SOUZA, LAMOUNIER, 2006).

As possibilidades de certos eventos ocorrerem fazem parte do exercício da Análise de Conjuntura. Inerente às possibilidades, estão as incertezas (acasos), ou melhor, os cisnes negros que poderão surgir no decorrer da trajetória. As possibilidades não são únicas, já que elas consideram as incertezas, e em razão disso, surgem variados cenários (MLODINOW, 2011).

Giambiagi e Porto (2011) mostram quatro possibilidades de cenários ocorrerem no âmbito da economia brasileira, com as quais eles trabalham: 1) a economia brasileira retorna aos anos 1970; 2) a economia brasileira adota o capitalismo chinês; 3) um choque de capitalismo ortodoxo; e 4) um novo recolhimento econômico.

Os cenários apresentados por Giambiagi e Porto (2011) surgem do exercício da Análise de Conjuntura que se resume à seguinte pergunta: qual é a situação da economia brasileira hoje e quais as possibilidades de como ela ficará? Tal pergunta pode ser feita com o objetivo de decifrar os contexto econômico e o político, e para a construção de cenários. Por exemplo: os

atores devem optar pelas opções 1 ou 2? Quais serão as consequências das respectivas escolhas? Essas indagações possibilitam a construção de cenários.

Na Análise de Conjuntura, é adequado o exercício das possibilidades. Com isso, é possível construir cenários, mas as possibilidades, como já frisado, nascem de uma determinada conjuntura. Por exemplo:

1- Quatro partidos – X, Y, Z e V – negociam com o presidente da República a aprovação do Projeto de Lei n.º 520. Os partidos X e Y têm conjuntamente o maior número de deputados – X tem 100 parlamentares e Y 90. O partido Z tem 50 adeptos e a agremiação partidária V, 30. O Poder Executivo negocia a cooperação com todos os partidos, mas não tem incentivos suficientes para distribuir para o todo. Portanto, os cenários quanto à aprovação ou não do Projeto de Lei são variados diante das seguintes possibilidades:

- É possível que o partido X coopere com Y e assim a matéria seja aprovada no Parlamento. No entanto, os partidos Z e V não cooperam.
- É possível que X não coopere com Y em razão da ausência de incentivos advindos do presidente da República. As agremiações partidárias Y e V também não cooperam.
- É possível que X e Z cooperem; mas é possível que Y e V não cooperem por conta de incentivos que não foram ofertados a esses dois partidos por parte do Poder Executivo.
- É possível X, Z, Y cooperarem.
- Diante das quatro possibilidades apresentadas, quatro cenários podem vir a ser construídos:
- Cenário 1– Projeto de Lei aprovado pelo Parlamento, pois X e Y cooperam. Então, o projeto foi aprovado por ampla maioria.
- Cenário 2– Projeto de Lei não é aprovado no Parlamento.

- Cenário 3– Projeto de Lei é aprovado no Parlamento, mas por pequena vantagem.
- Cenário 4– Projeto de Lei é aprovado no parlamento por larga vantagem.

Os cenários 1 e 4 são os cenários ótimos para o presidente da República em virtude de que ele manterá sua coalizão partidária no Parlamento e detém o controle dos parlamentares.⁸ O cenário 3 é o subótimo, uma vez que a coalizão partidária do presidente apresenta-se fragilizada; e o cenário 2 é o péssimo, porque o presidente sofreu derrota, e com isso, evidenciou a ausência da coalizão partidária na arena legislativa.⁹

Considerando a arena eleitoral, ofertamos o seguinte exemplo:

1- O Partido do Povo (PP), conforme determina a legislação eleitoral, tem direito a quatro minutos de propaganda eleitoral gratuita na televisão durante o período eleitoral. O Partido Jovem (PJ), ao contrário do PP, tem candidato a presidente da República e só tem dois minutos de propaganda eleitoral gratuita. O PJ deseja se aliar ao PP, e a recíproca também é observada; mas o PP tem candidato ao governo do Rio de Janeiro e o PJ também. Diante dessa conjuntura, três possibilidades existem:

- O PP se alia ao PJ em troca do apoio deste na eleição para o governo do Estado.
- O PP se alia ao PJ independentemente da aliança no âmbito estadual.
- O PP não se alia ao PJ, pois este não deseja apoiá-lo na eleição estadual.

⁸Uma das técnicas das ciências sociais que estuda as escolhas dos atores, ou melhor, o processo de decisão estratégica, é chamado de teoria dos jogos. Pela Teoria dos Jogos, é possível compreender e prognosticar as decisões dos atores (DIXIT; NALEBUFF, 1993; FIANI, 2004; MESQUITA, 2010). As escolhas dos atores podem ser ótimas, subótimas ou péssimas. Nesse caso, os atores, munidos de informações ou não, e possivelmente cientes ou não das consequências das suas escolhas (incerteza), definem que escolha fazer diante de variadas possibilidades e preferências (ELSTER, 2006).

⁹ “Em geral, um jogador tem uma estratégia dominante quando tem um curso de ação cujo resultado supera todos os outros independentemente do que fazem os outros jogadores. Se um jogador tem uma estratégia com este atributo, sua decisão torna-se muito simples; ele pode escolher a estratégia dominante sem se preocupar com os movimentos do rival. Portanto, a primeira coisa que se deve procurar é uma estratégia dominante.” (DIXIT; NALEBUFF, 1994, p. 59). A estratégia dominante do presidente da República deve ser a de construir condições para que os cenários 1 e 4 se consolidem.

- Essas três possibilidades sugerem três cenários para o PJ:
 - Cenário 1 – o candidato a presidente da República pelo PJ disputa eleição fortalecido, em virtude do apoio do PP, mas tende a perder espaço eleitoral no Rio de Janeiro em razão do apoio ao candidato a governador do PP.
 - Cenário 2 – o PJ se fortalece nos âmbitos nacional e estadual. Neste último, o PJ lança candidato ao governo do Estado.
 - Cenário 3 – o PJ não consegue fortalecer seu projeto nacional.

O cenário 2 é para o PJ ótimo, pois ele conquista um aliado e não concede nada em troca, isto é: o PJ conquista benefícios, mas não tem custos. O cenário 3 é o péssimo, pois o PJ tem como objetivo principal o projeto presidencial; e o cenário 1 é o subótimo, porque o PJ terá de dividir espaço eleitoral no estado em razão do apoio recebido na esfera nacional.

Os cenários construídos com base nas possibilidades podem vir a guiar a ação dos atores. São eles que conduzem os atores a definirem suas estratégias dominantes e qual o comportamento estratégico em dadas circunstâncias.¹⁰ Desse modo, a Análise de Conjuntura utiliza a construção de cenários como instrumento que sugerem prognósticos quanto ao comportamento futuro dos atores.

Conclusão

O exercício da Análise de Conjuntura tem forte dependência da criatividade do analista. Inicialmente, o conjunturista precisa escolher o que vai analisar, em seguida, construir argumentação inteligível com o objetivo de interpretar e prognosticar o comportamento dos atores. A análise não é

¹⁰“Por comportamento estratégico entende-se que cada jogador, ao tomar a sua própria decisão, leva em consideração o fato de que os jogadores interagem entre si, e que, portanto, sua decisão terá consequências sobre os demais jogadores, assim como as decisões dos outros jogadores terão consequências sobre ele.” (FIANI, 2004, p. 4).

simplesmente o ato de relatar um evento. Relações de causalidade que decifrem as preferências e escolhas dos atores são requeridas.

Os argumentos apresentados evidenciam que o exercício da Análise de Conjuntura se detém ao comportamento dos atores no contexto. Nesse caso, a ação dos atores é um indicador que está presente no contexto social que possibilita a Análise de Conjuntura. Porém, economistas, que costumeiramente desenvolvem Análise de Conjuntura econômica, utilizam variados indicadores – PIB, Taxa de inflação, Renda – para interpretar a realidade, por conseguinte, para a construção de cenários (FEIJÓ *et al*, 2009).

Diante dos indicadores econômicos, perguntamos: quais os indicadores “políticos” que podem permitir a Análise de Conjuntura? Esclarecemos que a Análise de Conjuntura no âmbito da Ciência Política não deve desprezar os indicadores econômicos, pois estes influenciam o comportamento dos atores, em particular, na arena eleitoral. São variados estudos eleitorais que mostram que o bem-estar econômico importa para explicar a escolha do eleitor, por exemplo (CARREIRÃO, 2009; PEIXOTO, RENNÓ, 2011).

Na arena legislativa, é possível encontrar na literatura especializada o indicador coalizão partidária. Esse amplo (macro) indicador tem o objetivo de mostrar se presidentes da República conseguiram formar coalizões. O indicador coalizão partidária forma-se pelo número de partidos que compõe a coalizão. Com o auxílio desse indicador, é possível decifrar e prognosticar o comportamento dos parlamentares num dado instante. (FIGUEIREDO, LIMONGI, 2008; SANTOS, 2007).

A arena eleitoral também tem indicadores. Pesquisa de opinião é exemplo de indicador eleitoral. O desempenho do candidato entre os eleitores, a confiança dos eleitores nos gestores, por exemplo, presidentes da República, e a aprovação da administração do competidor são exemplos de

indicadores. Por meio deles, além de outros, a conjuntura eleitoral pode ser decifrada (LAVAREDA, 2009; OLIVEIRA, ROMÃO, GADELHA, 2012).

A Análise de Conjuntura é instrumento metodológico. O exercício da Análise de Conjuntura não despreza as teorias e utiliza metodologias diversas, como a Teoria dos Jogos e *survey* para ser realizada.¹¹ A Análise de Conjuntura é uma atividade do cientista político em virtude de que ela busca, num dado instante no tempo, compreender e prognosticar o comportamento dos atores em variadas arenas, dentre elas, a arena institucional.

Referências

- AOKI, Masahiko. Endogenizing institutions and institutional changes. *Journal of Institutional Economics*, Cambridge, v.3, n.1, p.1-31, 2007.
- BOUDON, Raymond (Dir.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995
- CARREIRÃO, Yan. La elección presidencial brasileña de 2006: voto econômico e clivajes sociales. In: BRAUN, Maria; STRAW, Cecília (Org.). *Opinion Pública: una mirada desde América Latina*. Buenos Aires: Planeta, 2009.
- CRUZ, Sebastião. Teoria e método na análise de conjuntura. *Educação e Sociedade*, ano 21, n. 72, ago. 2000.
- DIXIT, Avinash K.; NALEBUFF, Barry. *Thinking strategically: the competitive edge in business, politics, and everyday life*. New York: Norton Paperback, 1993.
- ELSTER, Jon. *El cambio tecnológico: investigaciones sobre la racionalidad y la transformación social*. Traducción Margarita Mizraji. Barcelona: Gedisa, 2006.
- FEIJÓ, Carmem Aparecida et. al. *Para entender a conjuntura econômica*. Barueri (SP): Manole, 2011.
- FIANI, Ronaldo. *Teoria dos jogos: para cursos de administração e matemática*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Política orçamentária no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Unesp, 1999.
- GUSMÃO, Luís de. *O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Revista Lua Nova*, n. 58, p. 193-223, 2003.
- KING, Gary; SCHLOZMAN, Kay Lehman; NORMAN, H. Nie. *The future of political science: 100 perspectives*. New York: Routledge, 2009.
- LAVAREDA, Antonio. *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

¹¹Um dos instrumentos das ciências sociais que estuda as escolhas dos atores, ou melhor, o processo de decisão estratégica, é chamado de teoria dos jogos. Pela Teoria dos Jogos, é possível compreender e prognosticar as decisões dos atores (DIXIT; NALEBUFF, 1993; FIANI, 2004; MESQUITA, 2010).

- LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Tradução de Luís Alberto Salton Peretti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: MARTINS, Carlos Benedito; LESSA, Renato (Coord.). *Ciência política*. São Paulo: Anpocs, 2010. (Coleção Horizontes das Ciências Sociais no Brasil).
- MARCIAL, E.C.; GRUMBACH, R.J.S. *Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor*. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MARTINS, Carlos Benedito; LESSA, Renato (Coord.). *Ciência política*. São Paulo: Anpocs, 2010. (Coleção Horizontes das Ciências Sociais no Brasil).
- MESQUITA, Bruce Bueno. *The predictioneer's game: using the logico of brazen self-interest to see and shape the future*. New York: Random House Trade Paperbacks, 2010.
- MLODINOW, Leonard. *O andar do bêbado: como o acaso determina nossas vidas*. Tradução de Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- OLIVEIRA, Adriano; ROMÃO, Maurício Costa; GADELHA, Carlos. *Eleições e pesquisas eleitorais: desvendando a caixa-preta*. Curitiba: Juruá, 2012.
- PEIXOTO, Vítor; RENNÓ, Lúcio R. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, v. 17, n.2, p. 304-332, 2011.
- PETERS, B. Guy. *El nuevo institucionalismo: teoria institucional en Ciencia Política*. Tradução de Verônica Tirota. Barcelona: Gedisa, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. O futuro da democracia: cenários político-institucionais até 2022. *Estudos Avançados*, v. 56, n. 20, p. 43-60, 2006.
- TALEB, Nassim Nicholas. *A lógica do cisne negro: o impacto do altamente improvável*. Tradução de Marcelo Schild. 3. Ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2009.
- VAN EVERA, Stephen. *Guide to methods for students of political science*. New York: Cornell Paperbacks, 1997.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS BRASILEIRAS EM 2010

Vitor Peixoto
Universidade Federal de Pernambuco UENF
✉ adrianopolitica@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste paper é produzir uma análise sistemática acerca do impacto dos gastos de campanhas sobre os votos nas eleições proporcionais de 2010. Tendo como unidade de análise as candidaturas individuais aos cargos de Deputado Federal e Estadual (distrital), analisam-se os efeitos das variáveis que influenciam os desempenhos eleitorais, tais como gênero, idade, ocupação, partido, estado civil, escolaridade e, principalmente, os montantes de recursos de campanhas declarados ao TSE. Por meio da análise econométrica clássica (OLS), pode-se estimar com nitidez os efeitos destas variáveis num contexto multidimensional, dito de outra, os modelos estimados permitiram acesso ao impacto isolado das características individual dos candidatos sobre os resultados de suas campanhas: os votos.

Palavras-chave: Financiamento de campanha; Reforma eleitoral; Comportamento Eleitoral

Abstract: The objective of this paper is to produce a systematic analysis of the campaign expenses impact on votes in 2010 elections. Having as unit of analysis individual applications for the positions of Congressman and State Representative (district), analyzing the electoral performances which effects influence variables such as, gender, age, occupation, party, marital status, education, and especially the amount of campaign resources declared to the TSE. By classic econometric analysis (OLS), we can clearly evaluate these variable effects in a multidimensional context, said in another way, the estimated models allowed access to isolated impact of individual candidates characteristics about the result of their campaigns: the votes.

Keywords: Campaign finance; Electoral reform; Electoral behavior

Introdução

Após o processo de incorporação das massas na participação eleitoral, um fenômeno em particular tem chamado a atenção dos analistas políticos, qual seja, a questão do financiamento dos partidos políticos. A relação entre *dinheiro* e *eleições* é um tema intrigante que desafia os arranjos institucionais que tentam limitar a influência dos gastos de campanha nos resultados eleitorais. Um suposto

“desvirtuamento” do sistema representativo é apontado como a principal consequência desta intervenção do poder econômico na política¹. Acompanha esta definição de “desvirtuamento”, principalmente, o acesso privilegiado ao poder político como, por exemplo, à participação desigual, o acesso a informações restritas, à produção regulatória, à política fiscal, etc.

Uma vasta literatura internacional se dedicou ao tema e produziu importantes contribuições sobre o impacto do poder econômico (via financiamento de campanhas) nos resultados eleitorais. A Câmara baixa dos Estados Unidos é objeto freqüente de análises dessa natureza. Jacobson (1978 e 1980) estimou que não somente os gastos tinham impactos significativos sobre os resultados das urnas para a Câmara dos Deputados, como também descobriu que havia impactos diferenciados entre candidatos a reeleição e desafiantes. Para as eleições francesas de 1993, Palda e Palda (1998) também encontraram retornos distintos dos gastos sobre os resultados eleitorais, com ampla vantagem para os desafiantes. No Japão, os impactos diferenciados também foram encontrados por Cox e Thies (2000), não obstante o reconhecimento para o provável vieses dos estimadores econométricos introduzidos pela endogeneidade nos estudos de Jacobson (1978 e 1980), esperada sobretudo em distritos de baixa magnitude como os americanos. Ou seja, o “efeito Jacobson” era em realidade uma reação do próprio candidato à reeleição, que antecipando um alto risco de derrota adotava uma estratégia de aumentar os gastos a fim de evitar a perda de mandato. Entretanto, para Cox e Thies (2000) a endogeneidade tende a diminuir com a alta magnitude dos distritos como no Japão e, portanto, os votos necessários para se obter uma cadeira decrescem, diminuindo-se desta forma o viés da endogeneidade.

Numa perspectiva comparativa, Filip Palda (1994) traz importantes análises dos sistemas norte-americano, canadense e francês. Mesmo que utilizem métodos e dados distintos, esses trabalhos são categóricos em afirmar que o montante de

¹ Nassmacher (2000; 2003).

gastos nas campanhas eleitorais são fatores explicativos fundamentais dos resultados eleitorais.

No Brasil, os esforços ainda são incipientes (SAMUELS, 2001a, 2001b e 2003; PEREIRA e RENNÓ, 2001; PEIXOTO, 2004). Samuels realizou interessantes análises sobre as origens das doações (SAMUELS, 2003) assim como a estimativa de impacto quantitativo nos resultados eleitorais (SAMUELS, 1997 e 2001 a e b) e descobriu que os gastos importam sim para chances de reeleição.

Em direção oposta, Pereira e Rennó (2001) ao analisar os candidatos à reeleição para Câmara dos Deputados em 1998, refutaram os impactos dos gastos nas taxas de sucesso eleitoral. Com testes de médias e análise de variabilidade, decidiram por não incluir no modelo econométrico a variável sobre gastos de campanha.

Por meio de dados sobre resultados eleitorais dos partidos nos Estados nas Eleições de 2002 para os cargos de Deputado Estadual/Distrital e Federal, Peixoto (2004) constatou tanto as influências da competição sobre os gastos, quanto às estimativas de impacto dos gastos sobre os votos dos partidos. Em resumo, dois foram os achados: primeiro, quanto maior a competição eleitoral, maiores os gastos de campanha dos partidos. Segundo, quanto maior os gastos dos partidos, maior a proporção de votos.

Em trabalho recente, Pereira e Rennó (2007) voltaram às questões iniciais sobre a reeleição com os dados relativos a 2002 e 1998, desta vez os gastos de campanhas foram inseridos nos modelos econométricos: constataram que as despesas eleitorais têm impacto positivo e estatisticamente significativo nas chances de reeleição do candidato à Câmara dos Deputados.

Embora utilizando distintos instrumentos estatísticos, assim como dados para eleições distintas, Samuels (1997 e 2001 a e b), Pereira e Rennó (2001) e Peixoto (2010) encontraram resultados semelhantes: o gasto de campanha tem

responsabilidade sobre o desempenho eleitoral. As divergências surgem, portanto, quanto ao peso e à precisão dos impactos dos gastos sobre os resultados eleitorais.

O presente *paper* busca exatamente se inserir nessa querela. Pois, não obstante os avanços, ainda inexitem análises sistemáticas acerca do impacto dos gastos de campanhas sobre os resultados eleitorais que levem em consideração outras variáveis independentes, tais como: gênero, “*expertise*”, idade, renda, profissão, escolaridade, etc. E que também levem em consideração fatores institucionais como a magnitude dos distritos eleitorais, os partidos dos candidatos, etc².

A pergunta que se pretende responder neste paper concerne às características individuais dos candidatos³ que afetam seus respectivos resultados eleitorais. A partir de então, busca-se precisar o efeito específico dos gastos de campanha nas eleições legislativas brasileiras. Mais especificamente, as análises se referem ao impacto dos gastos de campanhas sobre os votos nas eleições proporcionais de 2010. Tendo como unidade de observação as candidaturas individuais aos cargos de Deputado Federal e Estadual (distrital), analisam-se, portanto, os efeitos das variáveis que influenciam os desempenhos eleitorais, tais como gênero, idade, ocupação, partido, estado civil, escolaridade e, principalmente, os montantes de recursos de campanhas declarados ao TSE. Por meio da análise econométrica clássica (OLS), pode-se estimar com os efeitos destas variáveis num contexto multidimensional, dito de outra, os modelos estimados permitiram acesso ao impacto isolado das características individual dos candidatos sobre os resultados de suas campanhas: os votos.

² Trabalho nesse sentido foi publicado na Revista Dados em 2007 sobre gênero e taxas de sucesso eleitoral (Araújo; Alves, 2007), entretanto, a variável de gasto de campanha foi negligenciada. Exatamente o principal fator sobre o qual se debruçará este trabalho.

³ Com exceção dos gastos de campanha e resultados eleitorais, todas demais características individuais dos candidatos que esse trabalho abordará foram importadas do excelente banco de dados denominado “Eleições 2006: Candidatos ao Poder Legislativo no Brasil”, que fora organizado e disponibilizado por Angel ríade, Bruno Bolognesi e Julio Gouvêa do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, Curitiba. O banco pode ser acessado Consórcio de Informações Sociais (www.cis.org.br).

Eleições proporcionais no Brasil em 2010

Nas eleições proporcionais de 2010, compareceram às urnas mais de 101 milhões de eleitores para a escolha de 1.572 legisladores. Por meio dos 27 partidos políticos registrados, 17480 candidatos concorreram⁴ aos 513 cargos de Deputado Federal e aos 1.059 de Deputado Estadual/Distrital. A tabela a seguir apresenta a distribuição do número de candidatos eleitos e não eleitos para cada cargo nestas eleições.

Tabela 1: Número de candidatos e eleitos por cargo

Cargo	Situação		Total
	Não Eleito	Eleito	
Dep. Estadual/Distrital	11535	1059	12594
Dep. Federal	4373	513	4886
Total	15908	1572	17480

Fonte: TSE

Ao se deparar com dezenas de opções, os eleitores são obrigados a tomar decisões sobre em quem votar. Como realizam esse processo? O que faz um candidato ser escolhido e outros serem eliminados? Há décadas, a Ciência Política desenvolve teorias e métodos analíticos para explicar o processo de tomada de decisão do eleitor. E uma eleição é, por excelência, um desses principais fenômenos. Explicar como os eleitores votam, e por que votam, está o cerne do debate acadêmico que tomou conta de boa parte da disciplina nos últimos 50 anos, assim como a dividiu em distintos campos teóricos⁵.

Não obstante as querelas teóricas, muitos destes estudos voltaram suas atenções às demandas eleitorais, às opiniões dos eleitores, assim como ao processo de tomada de decisão. Salvo raras exceções, são poucos os trabalhos que se dedicam aos estudos da oferta eleitoral no Brasil. Ainda mais escassos são os

⁴ 18.789 candidatos.

⁵ Para uma excelente revisão da literatura, principalmente a norte-americana, sobre o assunto ver: Figueiredo, 1991.

trabalhos que se dedicam às características individuais dos candidatos e as consequências para o sucesso eleitoral.

Em resumo, este *paper* se debruça sobre os resultados finais das escolhas dos eleitores, não sobre o processo de escolha. A principal questão que se coloca não é como os eleitores votam, mas em quem eles votam. Com tantos postulantes aos cargos legislativos no Brasil, o que explica uns serem escolhidos e outros não? Quais são as características dos candidatos que aumentam seus desempenhos eleitorais? Dito de outra: o que faz um candidato receber mais apoio eleitoral do que seus adversários? Há alguma semelhança entre os que obtiveram sucesso? O gênero do candidato altera sua capacidade de angariar votos? E a pergunta mais importante para este *paper*: qual é o impacto dos recursos financeiros? Por fim, há impactos sinérgicos entre o gênero e os gastos? E entre ter mandato e gastos?

O principal desafio que se coloca é a construção de um modelo econométrico que permita estimar o efeito dos gastos (independente-explicativa) sobre os resultados eleitorais (dependente-explicada), mantidas constantes outras características individuais dos candidatos. Entretanto, estas mesmas características também serão alvo de análises.

Metodologicamente, a escolha dos candidatos aos cargos legislativos se justifica pelo fato de permitir analisar toda a população de candidatos, ou seja, um altíssimo número de casos⁶; pela disponibilidade de informações individuais; e por último, mas não menos importante, por estarem todos competindo dentro de um mesmo aparato institucional (sistema eleitoral).

⁶ O grande número de competidores será fundamental para os modelos econométricos OLS aqui utilizados, pois, a primeira objeção que se faz a esses modelos é relativa à endogeneidade existente entre votos e gastos. Como a expectativa de votos é fator causal da quantidade de recursos angariados pelos candidatos, haveria uma dupla causalidade. Por isso, como defendido por Gerber (1998), os modelos mais apropriados seriam os que utilizam variáveis instrumentais, exatamente pelo fato de eliminar o viés provocado por essa endogeneidade. Entretanto, para que ocorra essa dupla causalidade é necessário que haja uma que os doadores tenham uma alta previsibilidade dos resultados eleitorais. Não é o que ocorre nas eleições proporcionais brasileiras. Isso por uma série de fatores, tais como: altas magnitudes dos distritos, o grande número de competidores, a natureza do sistema eleitoral proporcional de lista aberta, as possibilidades de coligações eleitorais, assim como as escassas e imprecisas pesquisas eleitorais.

Unidades de observação e variável dependente

Como o objetivo é precisar o impacto das características individuais dos candidatos na obtenção de votos, as unidades de observação serão os candidatos aos cargos de Deputado Estadual/Distrital e Federal. A variável dependente será o percentual de votos obtidos por cada qual. Entretanto, pela natureza da distribuição desta variável, que possui uma altíssima concentração de casos nos baixos valores, e para evitar problemas de heterocedasticidade, foi necessária uma transformação matemática, qual seja, a *logaritimização* do percentual de votos.

Gastos de campanha

Segundo um dos maiores representantes da teoria minimalista da democracia, Adam Przeworski (1994), os resultados eleitorais em regimes democráticos são produtos da relação de distintos recursos empregados pelos atores em competição. Estes recursos são divididos em três espécies: econômicos, organizacionais e ideológicos:

Os participantes da competição democrática investem recursos econômicos, organizacionais e ideológicos desiguais na disputa. Alguns grupos têm mais dinheiro do que outros para gastar na política. Alguns dispõem de mais competência e vantagens organizacionais do que outros. Uns possuem recursos ideológicos melhores, isto é, argumentos mais convincentes. Se as instituições democráticas são universalistas – isto é, neutras em relação à identidade dos participantes – os que detêm maiores somas de recursos têm mais probabilidades de sair vencedores nos conflitos submetidos ao processo democrático. (PRZEWORSKI, 1994, p.26-27).

O imbróglio, no entanto, surge quando se questiona a proeminência dos gastos diante dos demais recursos, com organizacionais e ideológicos. Tanto no meio acadêmico quanto no meio político o debate sobre a relação entre interesses econômicos e eleições torna-se cada vez mais ácido, principalmente, em momentos de crises políticas geradas no seio desta relação.

Apesar de haver controvérsias acerca dos fundamentos teóricos dos financiamentos públicos, são as fontes privadas as origens das maiores divergências entre os *experts*. A primeira objeção que se faz a este tipo de doação refere-se à origem dos recursos empregados nas campanhas. Com objetivo claro de restringir a atuação dos chamados “*big donors*”⁷, alguns analistas defendem obstáculos aos doadores diretamente interessados que poderiam causar distorções na representatividade do sistema.

Além das origens dos recursos, existe ainda a preocupação com as quantias doadas. Em situações onde os partidos e candidatos se dispusessem na disputa eleitoral com uma enorme desigualdade de recursos, seria alta a probabilidade de distorções na competitividade sistema.

Os que defendem as restrições de origens e limites às doações partem da premissa de que quanto maior a capacidade dos doadores de realizarem doações, maiores também serão suas intervenções no poder político. Estaria nesse ponto o que se chama de “*desvirtuamento da representação política*”, pois eleitores/cidadão teriam representações desproporcionais ao peso de seus votos.

No Brasil, a legislação eleitoral proíbe várias fontes de recursos, tais como as oriundas de instituições sindicais, empresas estrangeiras, concessionárias de serviços públicos e doações anônimas, etc. As doações de pessoas físicas e jurídicas são limitadas pelo total de recursos auferidos pelo doador no ano anterior. Para pessoas físicas, as doações são permitidas até 10% do valor bruto dos rendimentos declarados no imposto de renda. No caso das empresas, as doações são limitadas ao próprio faturamento destas, porém, o limite é de 2%.

Esta forma de limitar as doações é bastante controversa, pois não impede que as empresas tenham possibilidades equitativas de participação – o limite é

⁷ Por outro lado, as pequenas doações são consideradas benéficas ao sistema partidário, pois fariam parte de uma relação importante entre os partidos e os cidadãos. Proibi-las totalmente poderia romper este elo e, por conseguinte, enfraquecer as bases sociais dos partidos políticos (Nassmacher, 2003).

imposto pela renda da empresa e não um teto máximo único válido para qualquer pessoa física ou jurídica.⁸

Em 2010, os candidatos aos cargos do Legislativo Estadual e Federal declararam o total de R\$ 1.84 bilhões. A média por candidato à Câmara Federal foi mais de R\$ 233 mil, e para as Assembleias Estaduais de aproximadamente R\$ 92 mil. Pela comparação com a mediana pode-se observar a grande concentração nos pequenos valores.

Tabela: Descritiva da variável Despesa Eleitoral

Cargo		Mediana (R\$ mil)	Média (R\$ mil)	Soma (R\$ milhões)
Estadual/Distrital	0.028	12,1	92,3	925,3
Federal	.919	15,0	233,1	912,9
Total	3.947	13,0	131,8	1.838,3

Fonte: Dados calculados pelo com base nas informações divulgadas pelo TSE.

Se existe uma relação entre magnitude dos distritos e competição eleitoral, é bastante razoável supor que as campanhas eleitorais tenham custos econômicos distintos em Estados diferentes. Como analisado em Peixoto (2004), os custos das campanhas eleitorais estão diretamente relacionadas à competição eleitoral, ou seja, quanto maior a competição no Estado, maiores os gastos das campanhas.

Assim como variam a densidade demográfica, a dispersão/concentração dos eleitores nos municípios, e a distância destes para a Capital dos Estados, espera-se também que haja variação também nos custos de transporte, etc. Da mesma forma, pode-se supor também que variam os preços de materiais de

⁸ A legislação eleitoral brasileira também regula as quantias totais arrecadadas pelos partidos políticos, Entretanto, são os próprios partidos que, ao registrarem as candidaturas, informam ao TSE os seus limites (gastos máximos)! Não é de se surpreender que 75% do total de candidatos declararam ter gasto aproximadamente 10% do valor máximo previsto. Há ainda a possibilidade de o candidato requerer junto a justiça eleitoral a revisão do valor previsto no início da campanhas (25 candidatos declararam gastos superiores ao previsto por si próprio).

campanha, pesquisas eleitorais, etc. de um Estado para outro. De fato, como se verá mais adiante, os gastos médios das candidaturas por Estados apresentam alta variação. O que justifica a inclusão das variáveis *dummies* para Estados como forma de controle.

Como já referido na introdução, os estudos sobre impactos dos gastos nos resultados eleitorais são motivos de grande discussão acadêmica. As controvérsias, porém, não se restringem somente se os gastos possuem impactos ou não. Uma das mais importantes querelas foi iniciada com as proposições do pesquisador Gary Jacobson (1978), que encontrou impactos distintos para os candidatos à reeleição e os seus desafiantes. Segundo Jacobson, os gastos dos candidatos à reeleição possuem impactos negativos, no entanto, positivos para os desafiantes. A explicação teórica postulada para o fenômeno era de que um candidato à reeleição não precisaria gastar muito com propaganda, uma vez que já era conhecido pelo eleitorado. Quando o fazia, ao contrário de significar força do candidato, representava que o candidato à reeleição estava fragilizado perante os eleitores. Essas proposições ficaram conhecidas como “efeito Jacobson”.

Em 1998, Alan Gerber questionou o modelo econométrico que havia sustentado o “efeito Jacobson”. Para Gerber (1998) a relação entre gastos e votos era um exemplo clássico de endogeneidade, ou seja, não existia uma via de mão-única na direção de causalidade. Se era muito provável que os gastos possuíam impactos sobre os resultados eleitorais, era também plausível que a expectativa de votos de um candidato também alterasse sua capacidade de angariar recursos. A solução, então, seria uma modelagem por variáveis instrumentais. Com dados das eleições senatoriais americanas entre 1974 e 1992, Gerber (1998) encontrou que os gastos possuíam impactos tanto para candidatos à reeleição quanto para os desafiantes.

Cabe, então, testar o “efeito Jacobson” nas eleições legislativas brasileiras. O modelo que irá ser utilizado aqui será o OLS. Poder-se-ia objetar que se

incorreria no mesmo problema levantado por Gerber (1998) sobre a endogeneidade. Todavia, no caso brasileiro inexistente o aspecto fundamental para que ocorra a causalidade mútua: a previsibilidade do sucesso/fracasso do candidato. Como já dito anteriormente, as eleições legislativas no Brasil são exemplos inversos do que ocorre nas eleições americanas, dada (1) a estrutura do sistema proporcional de lista aberta (2) com coligações eleitorais, (3) as altas magnitudes dos distritos, (4) o grande número de competidores, e, por conseguinte, (5) a inexistência de pesquisas eleitorais precisas e confiáveis são fatores que dotam as eleições legislativas brasileiras de uma alta imprevisibilidade.

Além do “efeito Jacobson” que será testado com interações entre gastos e mandatos de Deputado, ainda será testada a interação entre gastos e gênero. A questão que aqui se coloca refere-se à possibilidade da existência de taxas de retornos distintos entre homens e mulheres.

O Modelo

Após a descrição das variáveis independentes e dependente realizada na seção anterior, optou-se pela modelagem mais simples possível: dois modelos OLS, uma para cada cargo. A sistematização pode ser melhor visualizada na figura abaixo:

Figura 1: Estrutura do modelo OLS



Pela natureza da variável dependente (porcentagem dos votos válidos dos candidatos), como já foi visto, necessitou-se realizar a logaritmização. Assim como se fez com a variável “despesas eleitorais”. Os modelos que utilizam variáveis logarítmicas tanto na dependente como na independente são também chamados de **duplo log** ou **log-log**⁹. E podem ser expressos pela seguinte fórmula geral: $\ln Y = \alpha + \beta_2 \ln X_i$

Em realidade, os coeficientes indicam a taxa de crescimento (em %) da variável dependente ao aumentarmos em 1% a variável explicativa, também conhecida como taxa de elasticidade.¹⁰

As demais variáveis independentes que não foram logaritimizadas possuem a mesma interpretação que se faz com variáveis *dummies* e constantes. Nesse sentido, mudam apenas as interpretações da variação da dependente (no caso, em porcentagem da porcentagem) e na independente referente aos gastos (em porcentagem dos gastos).

⁹ Gujarati (2000).

¹⁰ Pindyck e Rubinfeld (2002).

Interpretação dos coeficientes

Os modelos aqui empreendidos explicam 82% do total de variação dos percentuais de votos dos candidatos a Deputado Federal ($R^2 = .82$) e aproximadamente 77% da variação entre os candidatos a Deputado Estadual ($R^2 = .77$).

Se mantidas constantes todas as características individuais dos candidatos, pode-se afirmar que: para o aumento de 1% nas despesas dos candidatos (variável explicativa–independente), espera-se um crescimento de 0,62% no percentual de votos dos candidatos a Deputado Estadual e 0,65% nos candidatos a Deputado Federal (variáveis explicadas–dependentes).

Fatos notáveis são os já esperados fortes impactos positivos da variável *expertise*. Ser Deputado concede uma vantagem de 2,7% e 3,7%, respectivamente para os candidatos a Deputado Estadual e Deputado Federal. A outra variável de *expertise* (ser Vereador) também teve impacto positivo e estatisticamente significativo, porém menor: 1,7% para candidatos às Assembleias, e 0,22% para candidatos à Câmara. Interessante notar que são muito próximos dos impactos da variável profissão “médico” para as Assembleias, porém, ser médico tem impacto maior para candidatos à Câmara (0,45%).

A variável com impacto negativo e significativo mais forte foi a relativa ao gênero. O fato de “ser mulher”, independente de todas as demais características individuais, retira da candidata cerca de 0,68% do seu percentual dos votos para Dep. Est. e 0,85% para Dep. Fed.

Todas as *dummies* dos Estados apresentaram sinais positivos e significativos. O que era de se esperar, já que a referência-base é o Estado de São Paulo, onde se encontra o maior número de cadeiras em disputa, o mais competitivo, e o maior colégio eleitoral do País. Na Tabela 2, se encontram os coeficientes das variáveis e

seus respectivos testes de significância. Coloridos de azul estão os coeficientes positivos e estatisticamente significantes; de vermelho os negativos significantes.

Tabela 2: Modelo OLS

Modelos OLS para Log do Percentual de Votos Válidos dos Candidatos nas Eleições 2010

	Dep. Estadual/ Distrital		Dep. Federal	
	B	Sig.	B	Sig.
(Constante)	-11,044	0,000	-10,758	0,000
Log Despesas	,651	0,000	,622	0,000
Mulher	-,682	,000	-,852	,000
Interação: Mulher X Log Despesas	,027	,026	,048	,014
Interação: Vereador X Log Despesas	-,115	,000	,026	,669
Interação: Deputado X Log Despesas	-,149	,002	-,218	,000
PT	,203	,000	,364	,000
PMDB	,266	,000	,298	,000
DEM	,022	,668	,262	,002
PSDB	,102	,022	,266	,000
PDT	,089	,052	,196	,006
PV	,155	,000	,243	,000
PTB	-,187	,000	-,130	,064
Ocupação: Vereador.	1,747	,000	,221	,742
Ocupação: Deputado.	2,712	,000	3,717	,000
Ensino Médio Completo (sup. inc)	,054	,088	,110	,044
Ensino Superior Completo	,266	,000	,197	,000
Estado: Acre.	2,839	0,000	3,664	,000
Estado: Alagoas.	2,333	,000	3,046	,000
Estado: Amazonas.	2,003	,000	2,646	,000
Estado: Amapá.	3,308	0,000	4,065	,000
Estado: Bahia.	1,586	,000	1,841	,000
Estado: Ceará.	2,192	,000	2,657	,000
Estado: Distrito Federal.	1,845	,000	2,349	,000
Estado: Espírito Santo.	2,064	,000	2,869	,000
Estado: Goiás.	1,556	,000	2,030	,000
Estado: Maranhão.	2,096	,000	2,744	,000
Estado: Minas Gerais.	,753	,000	,978	,000
Estado: Mato Grosso do Sul.	1,363	,000	2,089	,000
Estado: Mato Grosso.	1,926	,000	2,741	,000
Estado: Pará.	1,810	,000	2,501	,000
Estado: Paraíba.	2,488	,000	2,859	,000

VITOR PEIXOTO
 FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS
 BRASILEIRAS EM 2010

Estado: Pernambuco.	1,922	,000	2,067	,000
Estado: Piauí.	1,977	,000	2,570	,000
Estado: Paraná.	1,403	,000	1,649	,000
Estado: Rio de Janeiro.	1,038	,000	1,276	,000
Estado: Rio Grande do Norte.	2,278	,000	2,856	,000
Estado: Rondônia.	2,695	,000	3,466	,000
Estado: Roraima.	2,940	0,000	3,651	,000
Estado: Rio Grande do Sul.	1,526	,000	1,608	,000
Estado: Santa Catarina.	1,816	,000	2,066	,000
Estado: Sergipe.	2,775	,000	3,369	,000
Estado: Tocantins.	1,834	,000	2,818	,000
F	775,156	,000b	425,837	,000c
R2		,770		0,822
N		10020		3918

Por último, as duas questões mais interessantes. Mesmo correndo os riscos de endogeneidades, as evidências de impacto dos gastos nos resultados eleitorais são fortes. Entretanto, as interações entre gasto e “*expertise*” (ser Deputado ou Senador) foram negativas para ambos os cargos. Ou seja, há indícios de que o “efeito Jacobson” acontece nas eleições legislativas brasileiras.

A segunda questão também se refere às interações, porém, entre gastos e gênero. Foram positivas e estatisticamente significantes. Não obstante o efeito fixo da variável gênero ter se apresentado negativa, a taxa de retorno dos gastos para as mulheres é maior do que para os homens (inclinação da reta).

Salvo melhor juízo, foi a primeira vez que se verificou e precisou esses fenômenos nas eleições brasileiras. Por isso, ainda há muitas questões para se debater sobre os reais impactos dos gastos nos resultados eleitorais no Brasil. Outros testes devem ser realizados com modelos que testem também as endogeneidades.

Considerações Finais

O modelo testado por esse trabalho ainda é um protótipo. Existem muitas interações e endogeneidades a serem trabalhadas. No entanto, os impactos das variáveis “despesa eleitoral” e da profissão “Sacerdote/Membro de Seita Religiosa” chamam a atenção pela força que demonstraram, assim como o “efeito Jacobson” e a taxa de retorno dos gastos das mulheres.

As teorias normativas sobre representação política dividem os sistemas eleitorais em duas grandes famílias: majoritária e proporcional. A primeira família funcionaria como um funil da sociedade, ou seja, os representantes escolhidos seriam os mais aptos, representaria a maioria constituída da sociedade.

Por outro lado, o sistema proporcional enfatizaria as diferenças, funcionaria como um espelho da sociedade, onde diversas minorias estariam representadas, ou seja, seria um reflexo das categorias da sociedade.

Mesmo que não tenha tratado das seletividades do sistema majoritário brasileiro, ao que foi constatado neste paper, o sistema proporcional está longe de ser um sistema inclusivo. Categorias como gênero, escolaridade, profissões, poder econômico, etc. se demonstraram fortemente negativos. Dito de outra: existe uma enorme seletividade do sistema eleitoral brasileiro que não o faz refletir exatamente as características socioeconômicas da sociedade brasileira.

Seus resultados parecem muito mais com os que a teoria normativa da representação política espera dos sistemas majoritários. Ou a teoria se equivocou ao imaginar que os eleitores votariam em candidatos com características semelhantes às suas, ou há algo que deturpa as chances dos candidatos de diferentes características, sempre em prejuízo para aqueles possuem as mesmas características da maioria da população votante.

Mas quais seriam as consequências de uma eleição em que seus resultados fossem absolutamente definidos pelas despesas em campanha? Um dos maiores riscos seria a transformação do sistema democrático em um sistema plutocrático, ou seja, não mais teríamos o *demos* representado na *polis*, mas tão somente uma representação do poder financeiro. No limite extremo, as eleições seriam decididas numa bolsa de valores, ou mesmo num templo religioso.

Uma questão digna de ser notada é que, no que se refere aos partidos, há diferenças significativas entre os partidos. Ou seja, diferentemente do que pensam os políticos e parte dos analistas, os partidos contam na arena eleitoral. A filiação partidária diferencia os desempenhos dos candidatos. A explicação teórica possível é que o sistema eleitoral pode não dar incentivos para os eleitores escolherem e controlarem seus representantes, porém, os partidos afetam indiretamente as chances dos seus candidatos. As formas mais prováveis são os recursos organizacionais, tempo de propaganda eleitoral e as estratégias de coligação. Dito de outra: partido pode não ser tão importante para o eleitor como aponta parte da literatura sobre decisão do voto, mas contam para os desempenhos dos candidatos ao concederem maiores ou menores recursos organizacionais. As conseqüências deste achado são importantes dado que analistas do comportamento legislativo partem do pressuposto que os partidos não contam na arena eleitoral. As análises aqui empreendidas falsificam parcialmente este pressuposto. A conclusão mais adequada é a de que pertencer a determinados partidos aumenta o desempenho eleitoral dos candidatos. Se isto afeta ou não o comportamento legislativo é outra história. Os achados aqui permitem apenas afirmar que o pressuposto, sobre o qual se ergue parte da literatura que defende uma forte independência entre o candidato e o partido na arena eleitoral, está no mínimo equivocado. Políticos e eleitores podem não considerar a filiação como importante nas suas estratégias, mas os resultados finais das eleições indicam exatamente o oposto: faltou combinar com os russos!

Referências

- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. Rio de Janeiro: *Dados*. v. 50, n. 3, p. 535–78, 2007.
- COELHO, E. C. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- COX, G. W.; THIES, M. F. How Much Does Money Matter? “Buying” Votes in Japan 1967-1990. *Comparative Political Studies*, v. 33, n. 1, p. 37–57, 2000.
- DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. 2ª. ed. Brasília: Zahar Editores; Universidade de Brasília, 1980.
- GERBER, A. Estimating the Effect of Campaign Spending on Senate Election Outcomes Using Instrumental Variables. *American Political Science*, v. 92, n. 2, p. 401-411, 1998.
- JACOBSON, Gary C. The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections. *American Political Science Review*, v. 72, n. 2, p. 469-491, 1978.
- NASSMACHER, K.-H. O financiamento de partidos na Alemanha posto à prova. *Cadernos Adenauer*, n.10, p.105–126, 2000.
- NASSMACHER, K.-H. Political Parties, funding and democracy. In: *Funding of political parties and election campaigns*. [S.l.] International Idea, p. 1–19, 2003.
- NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006.
- NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- NICOLAU, J. M. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, p. 79, 2002.
- NORRIS, P. Conclusions: Comparing Legislative Recruitment. In: LOVENDUSKI, J.; NORRIS, P. *Gender and Party Politics*, eds. Londres: Sage. p. 330, 1993.
- NORRIS, P. *The bridging and bonding role of online communities*. [S.l.] Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2004.
- NORRIS, P. The impact of electoral reform on women’s representation. *Acta Politica*, v. 41, n. 2, p. 197-213, 2006.
- NUNES, E.; CARVALHO, M. M. DE. Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. *Sociologias*, v. 9, n. 17, p. 190–215, 2007.
- PALDA, F. Desirability and effects of campaign spending limits. *Crime, Law and Social Change*, v. 21, n. 4, p. 295–317, 1994.
- PALDA, F.; PALDA, K. *The impact of campaign expenditures on political competition in the French legislative elections of 1993*. p. 157–174, 1998.
- PEIXOTO, V. M. Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 35, p. 91–116, jan./jun. 2009.
- PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. *Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil*. p. 304–332, 2011.
- PEIXOTO, V. DE M. *Votos valem Quanto pesam? O Impacto do Financiamento de Campanhas no Brasil*. - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2004.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735–771, 2003.
- PEREIRA, C.; RENNO, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, p. 664–683, dez. 2007.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n. 2, p. 323–362, 2001.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado*. Relume-Dumará: Rio de Janeiro, 1994.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAMUELS, D. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge University Press, 2003.

O PAPEL DAS ELITES NAS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS¹

Gláucio Soares

Pesquisador do IESP/UERJ

✉ soares.glaucio@gmail.com

Resumo: *As interpretações das transições para as democracias a partir das elites, enfatizando a essencialidade do consenso entre elas, omite a pouca importância que todos os setores civis tinham nas decisões tomadas por militares. Omite, ademais, outras classes e setores numericamente muito importantes com alta capacidade de mobilização. A ausência de consenso no que concerne a definição de elites (sempre escrita no plural) entre os analistas que endossam essa perspectiva, assim como a quase ausência de pesquisas empíricas, reduz o potencial explicativo das teorias da democratização baseadas exclusivamente, ou quase exclusivamente, nas elites.*

Palavras-chave: *Elites; teorias das transições; classes omitidas; militares; ditaduras; redemocratização; escassez de dados empíricos*

Abstract: *The interpretations of transitions to democracy from an elite standpoint, often emphasizing the essential role of inter-elite consensus, omits the near-irrelevance that all civil sectors had in decisions made by the military. It also omits that other classes and sectors, that were numerically very large with high mobilization potential. The absence of a definitional consensus of the elites (always written in the plural) by those who worked in this tradition, coupled with the scarcity of empirical research, reduced the explanatory potential of elite-based democratization theories.*

Keywords: *elites; transition theories; omitted classes; military political roles; dictatorships; redemocratization; lack of empirical data.*

O momento em que reviso esse texto, próximo ao meio século que transcorreu desde o golpe militar de 64, reacendeu o interesse em pesquisar os golpes antidemocráticos, os regimes militares latino americanos e as transições para as democracias.

Uma corrente teórica analisa a transição democrática a partir das elites. É uma tradição respeitável, que inclui um número grande de adeptos nos países centrais, particularmente nos Estados Unidos, e alguns seguidores na

¹Quando o autor escreveu o rascunho desse texto era Professor Titular na Universidade da Flórida. Atualmente, é professor e pesquisador do IESP-UERJ.

América Latina. Os seus adeptos condicionam o sucesso tanto da transição democrática quanto da *consolidação democrática* (posterior à transição e não menos importante) a algum tipo de entendimento entre as elites. É intuitivo que num país no qual as elites estão divididas, a transição é mais difícil do que em outro no qual as elites estão unidas e profligam pelo retorno à democracia. Distinguem entre *acordo*, *convergência* e *desunião* entre as elites. A desunião dificultaria, ou até impossibilitaria, a consolidação democrática. A desunião não faz a força.

Naturalmente, há os que percebem a própria desunião entre as elites como um indicador de uma cultura política não democrática. Afinal, elites que não conseguem se entender, mesmo face a um perigo maior, o da ditadura militar, dificilmente fariam parte de uma cultura política democrática. Não obstante, Burton, Gunther e Highley, três representantes dessa corrente, negam que o consenso entre as elites seja um resultado de uma cultura política democrática. Afirmam, por exemplo, que em três países onde houve elites unidas por consenso, “o México, a Venezuela e a República Dominicana - virtualmente não tinham tradições de governo democrático que pudesse criar uma cultura política democrática que, por sua vez, pudesse criar um consenso e uma unidade da elite” (BURTON, GUNTHER, HIGHLEY, 1992, p. 339, tradução nossa). É irônico que dois destes países, México e Venezuela, tenham experimentado levantamentos armados, civil no primeiro, militares no segundo.

Embora vários autores tenham se policiado e evitado formular uma grande teoria da transição democrática, Burton, Gunther e Highley insistem na necessidade de construção teórica e que a perspectiva que enfatiza o consenso e unidade das elites é o caminho mais adequado (BURTON, GUNTHER, HIGHLEY, 1992).

Bruneau é um canadense que também estudou a transição brasileira a partir da perspectiva das elites. Um dos seus trabalhos mais relevantes para

este livro foi publicado na coletânea editada por Higley e Gunther (1992). Como é comum no caso de coletâneas, corre-se o perigo de atribuir ao elenco de contribuidores uma coerência e uma unidade de pensamento que não existe.

Bruneau pertence à ampla categoria de comentaristas da transição que apresentam, de forma judiciosa, uma *interpretação* baseada em fontes escritas, o que é uma deficiência legítima. Lista uma série de condições e circunstâncias que teriam contribuído para que a transição se efetuasse, sem tentar estabelecer uma ordem de prioridades. Num livro em inglês, escrito para um público nem sempre familiarizado com o Brasil, se vê forçado a proporcionar informações básicas que, no Brasil, seriam dispensáveis. Acha que não há consolidação das elites brasileiras, o que ameaçaria a estabilidade da nossa frágil democracia (BRUNEAU, 1992). A tese de Bruneau é a de que a democratização se deu sem que as elites entrassem num acordo. Sublinha que “certo grau de consenso e unidade tem existido entre as elites brasileiras, mas se baseia na oposição à entrada das massas. É um consenso antidemocrático” (BRUNEAU, 1992, p.259).

Esta é uma hipótese tentadora e, *intuitivamente*, só podemos concordar com ela. Entretanto, entre os seus adeptos, às vezes se observa uma certa confusão entre elites, *tout court*, e elites *políticas*. O conflito entre Maluf e outros próceres do PDS, ou entre ele e o grupo que se aliou para eleger Tancredo não significa que as elites econômicas do país estivessem divididas, nem que não estivessem. E, como em várias outras análises a partir da perspectiva das elites, não há nem uma definição empírica do que são as elites, nem um só dado que indique a sua união ou a sua desunião.

Outro ponto enfatizado por Bruneau e por muitos outros analistas é o das vitórias do MDB em 1974, 1976 e 1978. Não há dúvida de que houve um crescimento do MDB; entretanto, a questão é saber a que se deveu este crescimento, uma vez que os dados indicam um crescimento do MDB muito

superior ao decréscimo da ARENA. Um estudo sugere que o decréscimo da ARENA nestas eleições se ajusta bem ao decréscimo *histórico* dos partidos conservadores, baseado na mudança na composição socioeconômica do eleitorado (SOARES, 1983). O segredo desta superficial impossibilidade aritmética, na qual o MDB ganhou mais do que a ARENA perdeu, se encontra no decréscimo dos votos nulos e brancos, que assinalariam a maior aceitação do MDB, um partido que foi criado *manu militari* pela ditadura, como um partido de oposição ao regime que o criou.

Uma restrição ao impacto da mensagem dessas derrotas eleitorais sobre os líderes do regime militar é que o seu principal interlocutor, que ouviam com mais frequência e ao qual concediam maior relevância, não era a sociedade civil nem a elite política, mas a própria corporação militar. Um diálogo muito restrito. Na sua percepção, quem os ameaçava não era a sociedade civil nem eram os partidos políticos, mas grupos de militares. O seu isolamento social, por um lado, e a percepção realista de que quem tinha o quase-monopólio dos meios de coação eram os militares, pelo outro, faziam com que a significação atribuída ao que se passava no mundo político-eleitoral fosse bem menor do que seria num regime democrático. A continuidade do regime e a sucessão não dependiam, majoritariamente, do mundo político, partidário e eleitoral, mas dos que detinham as armas. Em nossas entrevistas, ficou claro que a significação das mensagens das derrotas eleitorais era muito menor do que supúnhamos na sociedade civil e no mundo acadêmico. A democracia eleitoral, repetimos, não era um valor supremo para os militares, como não o era para boa parte dos políticos: para os *blandos*, era um problema de engenharia eleitoral; para os *duros*, era uma formalidade desagradável, custosa e dispensável.

A perspectiva das elites na análise das transições democráticas enfrenta sérios problemas conceituais e empíricos. Em primeiro lugar, os autores não definem o que entendem por elites. É um conceito que tem variado muito no

tempo e no espaço e que não encontra uma definição operacional consensual. Não queremos dizer com isso que todos autores tenham que redefinir todos os conceitos em seus trabalhos, atingindo um alto grau de consistência, tornando-os imunes às críticas internas. Porém, não há definição de elite que se aproxime a um consenso. E, se lermos os vários trabalhos que usaram esse conceito na análise das transições políticas, inclusive os coordenados pelos autores supracitados, vemos que cada um usa o termo à sua maneira. Não há uniformidade conceitual, o que dificulta a comparação.

Em segundo lugar, não há nem definição operacional nem pesquisa empírica. Os trabalhos publicados nesta tradição são, quase todos, ensaios. Não encontramos sequer entrevistas com os membros da “elite”.

Em terceiro lugar, os exemplos usados: o de acordo político (*Acuerdo del Club Naval*) no Uruguai foi um acordo entre militares e *partidos políticos*; os exemplos argentino e chileno são acordos entre partidos políticos. Para usar estes casos como exemplos de acordo entre as elites, é necessária ou uma identidade entre "elites" e partidos, ou uma relação necessária entre eles.

Em quarto lugar, esta perspectiva, quase inevitavelmente, por sua própria ênfase conceitual, pensa o mundo em termos de elites e massas. Enfrenta sérias dificuldades com os amplos setores médios que não se enquadram nas definições tradicionais de elite e muito menos nas de massa. Numa perspectiva que vê o mundo dividido em elites e massa, não há lugar para classes médias, nem as que agora são chamadas, sem compromisso teórico, de B, C e D. Herdeiros do binômio burguesia e proletariado, muitos encontram sérias dificuldades em encaixar classes médias e setores informais.

Em quinto lugar, a perspectiva subestima grosseiramente a contribuição das classes trabalhadoras na transição e na consolidação. Em nome da consolidação democrática, amplos setores das classes trabalhadoras - particularmente os menos favorecidos e não sindicalizados - absorveram pesadas perdas econômicas. As sociedades que geram teorias das elites não

são social e economicamente democráticas, o que se reflete na sobre preocupação com as elites. Ficaram de fora, ou foram severamente subestimadas, as classes médias, as classes trabalhadoras, os trabalhadores e pequenos proprietários agrícolas e o setor informal (que crescia rapidamente no período das transições latino-americanas). Não tinham espaço nas teorias da redemocratização baseadas na unidade das elites e somente delas.

Embora seja intuitivo que uma *oposição* unida oferece mais alta probabilidade de êxito do que uma oposição dividida, a perspectiva das elites necessita de muito trabalho conceitual e de muita pesquisa empírica até se transformar numa alternativa teórica viável na análise das transições e consolidações democráticas.

Referências

- BRUNEAU, T. Brazil's political transition. In: HIGHLEY, John; GUNTHER, Richard (Orgs.). *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 257-281, 1992.
- BURTON, M.; GUNTHER, R.; HIGHLEY, J. An Overview. In: HIGHLEY, John; GUNTHER, Richard (Orgs.). *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 339-340, 1992.
- SOARES, Gláucio. O Previsível Eleitor Brasileiro. *Ciência Hoje*, v.2, n.9, p.26-32, 1983.

AS RUAS E A DEMOCRACIA. ENSAIOS SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO

Nerea Ramírez García
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
✉ nramirb@gmail.com

As ruas e a democracia. Ensaíos sobre o Brasil contemporâneo es un libro esencial para quienes deseen comprender mejor y reflexionar sobre las protestas sociales que han tenido lugar desde 2013. Su autor, Marcos Aurélio Nogueira, es profesor titular de Teoría Polític en la universidad Estadual Paulista-UNESP en Sao Paulo. En sus escritos es posible percibir la influencia de autores como Antonio Gramsci y Max Weber entre otros.

Este es un libro fraguado al mismo tiempo que las protestas se sucedían. Éstas comenzaron en Sao Paulo a primeros de Junio de 2013 convocadas por el movimiento Pase Libre. Reivindicaban la subida del precio del transporte público mientras que el gasto nacional se disparaba para acoger las mayores competiciones deportivas, la Copa del Mundo y las Olimpiadas. Pocos días después la policía se excedía en su carga policial, desencadenando un movimiento de solidaridad y movilización en muchas otras ciudades del país bajo las mismas consignas. Manifestaciones que han sido las mayores del país desde 1992 cuando las protestas lograron destituir al presidente Collor (MOSELEY, 2013). Sin embargo, Brasil no ha sido el único ejemplo de frustración e indignación ciudadana. En los últimos años Europa ha

experimentado levantamientos similares, especialmente Grecia y España, si bien es verdad que con una menor presencia de la violencia.

Nogueira (2013) reúne, revisa y reelabora textos que ya publicó en diferentes medios para colocarse en el debate y ofrecer una interpretación abierta, dado que dichos acontecimientos sorprendieron a los gobiernos locales, al Gobierno Federal, los analistas, los partidos políticos y los académicos de la ciencia política. El libro se estructura de la siguiente manera. Primero, explica quiénes salieron a la calle en Junio de 2013 y por qué. Segundo, narra y evalúa cuales fueron las respuestas gubernamentales. Tercero, analiza la presidencia de Dilma Rousseff y sus efectos en las protestas. Finalmente, señala los principales problemas de Brasil y su relación con el levantamiento. A continuación las principales ideas de *As ruas e a democracia* serán desarrolladas utilizando la misma estructura que el autor.

A la pregunta quiénes protestaron y por qué Nogueira (2013) cree que la clave está en la insatisfacción ciudadana. Pese a que Brasil ha experimentado una etapa de confort en los últimos años la tasa de insatisfacción ciudadana no había disminuido realmente. Ésta seguía presente aunque oculta bajo la superficie. En su opinión, dicha insatisfacción tiene en gran parte origen en la década de los ochenta y la superación de la dictadura. Desde el nacimiento de la democracia brasileña existe una crisis de representación y legitimidad constante, una separación entre Estado y sociedad que permaneció adormecida hasta Junio de 2013. La competencia del Gobierno Federal, las políticas públicas exitosas y la figura de Lula lo ocultaron. Con respecto a quienes se levantaron, a su juicio, fueron en su mayoría los jóvenes de clase media. Son quienes poseen mayor información, conciencia, actitud contestataria, disponibilidad y hábitos cívicos, reclamando el deseo de un futuro mejor que los políticos no les pueden ofrecer. En su mayoría urbanos, pues es en las grandes ciudades donde se intensifica el número de problemas

cotidianos como la violencia, el tráfico, la inseguridad y la desigualdad. Los jóvenes son quienes tienen más que perder cuando el Estado no satisface a los ciudadanos. Hay que interpretar este grito de angustia colectiva como el anuncio de una nueva dialéctica política y una nueva izquierda caracterizada por el deseo de establecer una política más horizontal, libre, cultural y participativa (Nogueira, 2013). Buscan una democracia de mayor calidad, más sociedad civil, más Estado republicano y menos mercado.

Toda esta insatisfacción se verbalizó contra las políticas públicas, especialmente educación y sanidad, la corrupción, los partidos políticos –ninguno se salvó de la crítica callejera– y las actuaciones de los gobiernos. Fue una “revolución silenciosa” que no se alzó contra el gobierno, sino contra el sistema y sus integrantes. Para él, la Copa del Mundo, sus y el aumento del precio del transporte público fueron simples detonantes o catalizadores pero no las causas reales de las protestas.

Nogueira (2013) considera que es necesario llevar a cabo una reforma real del propio sistema político. Una reforma postergada a lo largo de los últimos veinte años y que ha entrado y salido de la agenda del Gobierno Federal desde la elección de Lula. Una reforma que es también una de las múltiples reivindicaciones de la calle. De ahí que Dilma Rousseff decidiese proponer un plebiscito constituyente sobre la reforma. Sin duda una propuesta que de llevarse a cabo de una manera adecuada y honesta el éxito habría estado asegurado. Sin embargo, la propuesta nunca fue aprobada. De cualquier modo, en su opinión, la propuesta de reforma no era ni de lejos la reforma que Brasil necesitaba. Se limitaba a ser una reforma antagónica, que seguiría perpetuando el deseo de todos los partidos por mantener sus intereses. De haber sido aprobada tampoco hubiera solucionado el conflicto (Nogueira, 2013). Al mismo tiempo critica el hecho de que sí el Partido de los Trabajadores (PT) realmente tenía una propuesta de reforma desde hacía años

por qué nunca la presentó hasta entonces. Otra de las respuestas del gobierno fue el lanzamiento del programa Mais Médicos Para o Brasil, el establecimiento de un pacto por la salud que ha tratado de ser vendido como la política estrella de la presidenta. No obstante, es una medida parcialmente satisfactoria que no resolverá de ninguna manera este conflicto.

Ahora bien, debe tenerse en cuenta que ningún partido se mostró cualificado para responder a las demandas de los ciudadanos. Demandas que tan sólo serán alcanzados si la clase política se mentaliza de la necesidad de una reforma democrática y acabar con su acomodación en el poder. No sólo cree que las respuestas del gobierno a las demandas sociales fueron insatisfactorias: recrimina a Rousseff que no reprobare la actuación de algunos senadores que permitieron la violencia policial así como su falta de iniciativa pese a reconocer las múltiples dificultades existentes. En su opinión, Dilma Rousseff creyó erradamente que la población estaba con ella cuando realmente no estaba con nadie.

A continuación, Nogueira (2013) describe la trayectoria del gobierno de Dilma. Considera que su liderazgo ha sido carismático pero plagado de obstáculos que han dificultado su ejercicio del poder. El PT entró al juego político que antes repudiaba debido a su necesidad de pactar para gobernar en el 2002, perpetuando el viejo sistema de clases dominantes y la concentración de la riqueza. Además de las tensiones existentes dentro del partido entre lulistas y dilmistas. Por otro lado, el autor señala que también existen los enemigos propios del sistema que dificultan el progreso. El presidencialismo de coalición es uno de ellos pues impide que el sistema se reforme para así proteger sus propios intereses. Por todo ello, Rousseff ha perdido apoyo ciudadano, en el 2013 la evaluación positiva del gobierno paso de un 65% a un 30% (NOGUEIRA, 2013). A su vez, el buen desenlace de Brasil no es posible debido a sus problemas crónicos relacionados con la economía. Pese a los

buenos datos económicos y el crecimiento tan sólo los más pobres han mejorado, la concentración de la riqueza sigue siendo elevada y la inflación debe ser todavía controlada. Luego, las tensiones del sistema nacen del parlamento y la política del gobierno que sumadas a la aparición de una nueva clase media muy heterogénea dan lugar a que la tormenta perfecta se avecine.

Buscando las raíces de esta indignación ciudadana Nogueira (2013) explica cuáles cree que son las tres principales causas, pese a ser un fenómeno complicado y multicausal. A su vez reconoce la existencia de una tendencia a culpar siempre a los gobiernos nacionales, incluso cuando muchas cuestiones se reducen a decisiones políticas en un nivel menor, especialmente en el federalismo.

Para el autor la principal causa de esta insatisfacción ciudadana está en el propio sistema y en la crisis de representación. Considera que la polarización entre PT y Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ya no da más de sí. Esta crisis política es en gran parte responsabilidad de los políticos que guardan silencio para no perder sus privilegios venerando un sistema clientelista y fisiológicamente agotado sin luchar por los intereses y demandas ciudadanas. No se quieren percatar de que ya nada satisface ni funciona de manera eficiente causando una sensación de hartazgo desoladora. La cuestión ya no es ser representante de los ciudadanos sino defender sus intereses como los propios. Si el PT quiere seguir contando con el apoyo de sus votantes es necesario que apueste por algo nuevo, dejando atrás la propaganda y las acciones que siguen abrazando lo viejo (NOGUEIRA, 2013). La política institucionalizada necesita sincronizarse con las demandas de la calle dado que han perdido su influencia entre la población. Las manifestaciones han tenido lugar porque las instituciones ya no trabajan para los ciudadanos sino para el poder, de ahí la necesidad de volver a confluir ambos.

Los medios de comunicación también han desempeñado un papel fundamental en esta crisis. El hecho de que trabajen para un grupo empresarial y sus intereses condiciona tanto la información como su calidad. Los medios son una herramienta muy poderosa que permiten crear hegemonía. De ahí que nunca serán objetivos ni cristalinos, sería ingenuo creer lo contrario. Por lo que Nogueira (2013) alerta a los ciudadanos y pide una actitud más crítica con ellos. Finalmente, trata la corrupción, un tema que cada día preocupa más a la sociedad. Afirma que no es porque ésta haya aumentado sino porque el nivel de tolerancia ciudadana hacia ésta cada vez es menor, sin duda un dato extraordinario. Sin embargo, en 2012 de acuerdo con la ONG Transparencia Internacional Brasil obtenía una nota de 43 puntos - más cercano a 0 más corrupción, más cercano a 100 más transparencia- frente a los 72 puntos alcanzados por los países menos corruptos de la región latina, Chile y Uruguay. Lo que ha obligado al gobierno a tomar medidas para disminuir la corrupción con la implementación de políticas como la denominada Ficha Limpia.

Por todo ello, *As ruas e a democracia* es un libro esencial para tener una primera aproximación más profunda sobre que sucedió y sigue sucediendo en Brasil desde Junio de 2013. Su contribución es importante dado que ofrece una explicación analítica plausible sobre lo sucedido. Pero su contribución más importante es enunciar la forma en la que debería darse la respuesta política. Luego, es una obra a tener en cuenta, tanto en el mundo académico como profesional de la política. Además de ser el primer libro que trata la cuestión desde un enfoque académico y reflexivo.

Sin embargo, el hecho de ser un libro con múltiples ideas provoca que en algunas ocasiones sus afirmaciones no cuenten con un desarrollo más profundo. Sería muy interesante poder analizar más a fondo su propuesta sobre la reforma del sistema como medio para acabar con la insatisfacción

ciudadana. Nogueira (2013) afirma que esta indignación ciudadana tendrá un impacto fuerte en las próximas elecciones presidenciales y que podría hacer tambalearse al PT si no trata de dar una respuesta satisfactoria a las reivindicaciones sociales. Así como beneficiaria a aquellos políticos y partidos que sí escuchan al pueblo y acercan su mensaje al suyo. Mientras que otros académicos creen que el impacto de estas revueltas en el PT será mínimo dado que el PT ha ofrecido hasta ahora una universalización de políticas públicas, haciéndolas llegar a todos sus ciudadanos, por lo que centrará su discurso electoral en seguir trabajando para ahora sí mejorar la calidad estas políticas recién universalizadas. El mensaje será lograr aumentar la eficiencia y reducir la insatisfacción ciudadana existente. El politólogo Malco Braga Camargo declaró en una entrevista al medio *Voz da América* el 20 de junio de 2013 que los ciudadanos van incorporando las políticas en su día a día, exigiendo cada vez más demandas a los políticos¹. De modo que la insatisfacción siempre está presente variando únicamente el grado.

Si se analizan los datos mostrados en las últimas encuestas llevadas a cabo por el grupo Datafolha² en Junio de 2013 el 81% de los encuestados apoyaba las protestas, en agosto un 77% y en febrero se ha reducido hasta un 51%; mientras que Dilma Rousseff en marzo de 2013 contaba con un 65% de apoyo positivo a su gestión que en Junio de 2013 cayó fuertemente hasta el 30% para en febrero de 2014 situarse en once puntos por encima, entorno a un 41%. Por lo que a priori parece que el impacto de la insatisfacción ciudadana va menguando a medida que pasa los meses por lo que hay que suponer que sus consecuencias políticas también se reducirán. Esto no significa que la insatisfacción ciudadana desaparezca, sino que sin un catalizador la ciudadanía tiende a mantenerse inactiva. No obstante, es

¹ En <http://www.voaportugues.com/content/por-que-o-governo-nao-consegueresponder/1685896.html>

² En <http://datafolha.folha.uol.com.br/>

evidente que assuntos como o gasto associado à Copa se converterão em um arma arrojada para atacar o Governo Federal na próxima campanha eleitoral, sendo muito provável que o impacto de Junho de 2013 seja maior do que o que parece ter agora. Por conseguinte, apenas o tempo permitirá ver qual foi o impacto real das protestas nos cidadãos e suas decisões políticas. Finalmente, merece a pena resenhar que para autores como Moseley e Layton (2013) as protestas demonstraram que a cidadania brasileira aumentou tanto sua educação quanto seu nível de participação, o que na última instância reverte positivamente em uma maior qualidade da democracia, sem dúvida um dado muito positivo.

Referências

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA, “*Opinião sobre protestos e Copa do Mundo*” realizada em 19 e 20/02/2014, publicado em 22/02/2014 em <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/02/24/opiniao-sobre-protestos-e-copa-do-mundo.pdf>, acesso em 25/02/2014.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA, “*Avaliação da Presidente Dilma Rousseff*” realizada em 19 e 20/02/2014, publicado em 22/02/2014 em <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/02/24/avaliacao-da-presidente-dilma.pdf>, acesso em 25/02/2014.

MOSELEY, M.; LAYTON, M. Prosperidad y protestas en Brasil: ¿la tendencia para el futuro en América Latina? *LAPOP Perspectivas desde el Barómetro de las Américas*, n. 13, 2013.

NOGUEIRA, M. A As ruas e a democracia. Ensaio sobre o Brasil Contemporânea. *Contraponto*, Brasília, 2013.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Adriano Oliveira é mestre e doutor em Ciência Política pela mesma instituição. Professor adjunto do Departamento de Ciência Política da UFPE. Atualmente desenvolve pesquisas qualitativas e quantitativas de opinião pública, cenários e previsões eleitorais, comportamento do consumidor, emoções, sentimentos e crenças.

Cláudio Penteado é mestre e doutor em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do ABC. Nela, atua em programas de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais e Energia.

Gláucio Dilon Soares possui mestrado em Direito na Tulane University e doutorado em Sociologia pela Washington University in St Louis, EUA. Atualmente é pesquisador sênior Nacional do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP/UERJ.

Nerea Ramírez possui mestrado em Análise Política pela Universidade Complutense de Madri, Espanha e Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, atua no Grupo Opinião Pública e mantém interesse pelo estudo de partidos e comportamento político.

Vitor Peixoto possui mestrado e doutorado em Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Atualmente é professor associado da UENF e coordenador do curso de Ciências Sociais.